

Diana Bioenergia
Avanhandava S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de março de 2020**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	15
Balancos patrimoniais	21
Demonstrações de resultados	22
Demonstrações do resultado abrangente	23
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	24
Demonstrações dos fluxos de caixa	25
Notas explicativas às demonstrações financeiras	26

Avanhandava, 6 de julho de 2020.

Senhores acionistas,

Apresentamos o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras da Diana Bioenergia Avanhandava S/A relativas a doze meses da safra 2019/2020 encerrada em 31 de março de 2020.

HISTÓRICO

Diana Bioenergia é uma usina de açúcar, etanol e energia, fundada em 1981 e teve sua primeira safra no ano de 1987, no exercício findo em 31/03/2020, completou 33 safras de existência. Tendo como missão, produzir a partir da cana-de-açúcar energia e alimento dentro das melhores práticas de sustentabilidade, agregando e gerando valores socio ambientais e econômicos aos acionistas, colaboradores, parceiros e comunidade.

A alta administração espera tornar-se uma referência no setor sucroenergético da sua região, através de um crescimento sólido dentro das melhores práticas de governança corporativa, inovando sempre e quebrando paradigmas, estabelecendo compromissos de longo prazo, construindo relacionamentos estratégicos pautados na confiança, considerando sempre, em primeiro lugar o SSMA (Segurança, Saúde e Meio Ambiente) e respeito às Leis. Tendo como valores ética, transparência, comprometimento, confiança, competência, meritocracia e respeito à SSMA.

No exercício findo em 31/03/2020, completamos 8 anos de Demonstrações Financeiras auditadas, nos baseando sempre em nossos valores supra citado, em especial ética e transparência.

Durante as 2 últimas safras (2018/19 e 2019/20) reformamos anualmente 25% do nosso canavial e na safra atual (2020/2021), terminamos o plantio em 15/04/2020 de 3.000 hectares, o que representa uma reforma de 20% do nosso canavial próprio, completando em 3 anos a reforma de 70% do nosso canavial, o que vai nos

possibilitar a partir da safra 2020/21 otimizar o parque, consequentemente reduzir ainda mais os custos fixos, aumentar a rentabilidade da companhia e reduzir o endividamento.

Os números da safra 2019/20, ainda refletem os nossos esforços de investimento na renovação de canavial, que estamos fazendo nos últimos anos para conseguir a partir desta safra 2020/2021, começar a otimizar a capacidade fabril da Diana e rentabilizar a operação. Durante as duas últimas safras, tivemos uma moagem na média de 1,2mm de toneladas.

Dentro do nosso planejamento estratégico de 5 anos, considerando os esforços feitos nos 2 últimos anos e na safra atual, conseguiremos na safra 2020/21 moer acima de 1.4mm de toneladas, TCH acima de 77,36 ton., ATR acima de 135,00 kg, eficiência industrial acima de 90% e mix de açúcar acima de 60%.

A partir da safra 2021/22 em diante, esperamos estabilizar a moagem acima de 1.650 mm de toneladas, com ATR acima de 135 Kg, TCH acima de 85 e eficiência industrial acima de 90%.

Seguindo nossa política de Risk Management, conseguimos aproveitar as oportunidades de mercado e fixamos as seguintes quantidades de açúcar VHP:

- 95 mil toneladas para safra 2020/21 com preço médio de R\$1.330,00;
- 87 mil toneladas para safra 2021/22 com preço médio de R\$1.420,60; e
- 39 mil toneladas para safra 2022/23 com preço médio de R\$1.478,75.

- (Preço de tela + POL x câmbio).

Tais fixações, em níveis tão remuneradores para a empresa, nos dão uma segurança para enfrentar quaisquer oscilações de preço no futuro, algo natural no setor de commodities.

O mix da safra 2019/20 foi 55,40% para etanol hidratado e 44,60% para açúcar VHP, atingimos uma eficiência industrial global de 87% e disponibilidade industrial de 96,19%.

Na área agrícola, tivemos investimentos pontuais em tratores e transbordos para colheita de cana, visando aumento da produtividade operacional e redução de custos.

Na área industrial fizemos a reforma da caldeira, objetivando a redução do consumo específico de vapor e aumento da sobra de bagaço, e conseqüentemente, uma maior exportação de energia.

Nosso objetivo é reduzir o endividamento da companhia e aumentar a rentabilidade da operação. A redução do endividamento será feita com base em nosso planejamento de 5 anos, de forma saudável, sem comprometer a rentabilidade, liquidez e a operação. Acreditamos que a safra 2020/21 será o início do círculo virtuoso, refletindo todos os esforços dos últimos anos. Durante os meses de abril, maio e junho da safra atual (2020/21), já podemos ver os reflexos de todo o trabalho feito nos últimos anos, conseguimos até o momento:

Período	Abril/20 a	Abril/20 a	Dif. %
	Junho/20	Junho/20	
	Planejado	Realizado	
TCH próprio	72,59	70,08	-3,46%
ATR próprio	128,20	131,22	2,36%
KG ATR próprio	9.306,04	9.195,90	-1,18%

Período	Abril/20 a	Abril/20 a	Dif. %
	Junho/20	Junho/20	
	Planejado	Realizado	
TCH fornecedor	97,22	100,29	3,16%
ATR fornecedor	128,20	133,42	4,07
KG ATR fornecedor	12.463,60	13.380,73	7,36

TCH geral	78,05	76,77	-1,64%
ATR geral	128,20	131,82	2,82%
KG ATR geral	10.006,01	10.119,82	1,14%

Eficiência Industrial	88,16%	91,02%	3,24%
Mix açúcar	54,26%	61,51%	13,36%
Mix etanol	45,74%	38,49%	15,85%

Produção Açúcar	30.916,83	36.647,00	18,53%
Produção Etanol	18.379,87	16.589,24	-9,74%

UNICOP	2,43	2,52	3,70%
--------	------	------	-------

Importante salientar que nesses dados iniciais de safra, optamos por antecipar a moagem de 47% do canavial mais velho, que será destinado para o plantio de meiose logo, à partir de julho teremos 60% de cana de 1º, 2º e 3º cortes.

EXPECTATIVAS PARA A SAFRA 2020/2021

- ✓ Moagem 1.412 mil toneladas de cana-de-açúcar no período de 01/abr/2020 a 30/nov/2020, sendo 854 mil toneladas de cana própria;
- ✓ Aumento do TCH de cana própria para 77,36 ton/há e ATR = 135 kg, raio médio de 14,0 km.
- ✓ Produção de 108.574 mil toneladas de açúcar VHP e 49.2 mil m³ de Etanol hidratado;
- ✓ Cogeração e exportação de energia elétrica em torno de 8.000 MWh.
- ✓ Estamos com negociações adiantadas para rolagem da grande maioria da dívida de curto prazo junto aos parceiros/instituições financeiras credoras.

Com relação ao COVID 19 estamos atentos e mantendo uma política rígida de vigilância sanitária, mantendo as práticas de distanciamento social, uso de máscaras, álcool em gel, lavagem das mãos com maior frequência, etc. A Diana vêm cumprindo rigorosamente todas as recomendações dos órgãos de saúde, Ministério Público do Trabalho e Ministério do Trabalho, criamos uma equipe de gestão para combate e prevenção não apenas ao coronavírus, mas todos os tipos de doenças que possam impactar a saúde dos nossos sócios, colaboradores, familiares e sociedade.

Além de cumprir, a Companhia também está contribuindo com a sociedade, doando álcool 70% a hospitais, escolas, creches e população dos municípios ao redor, confeccionando máscaras, etc.

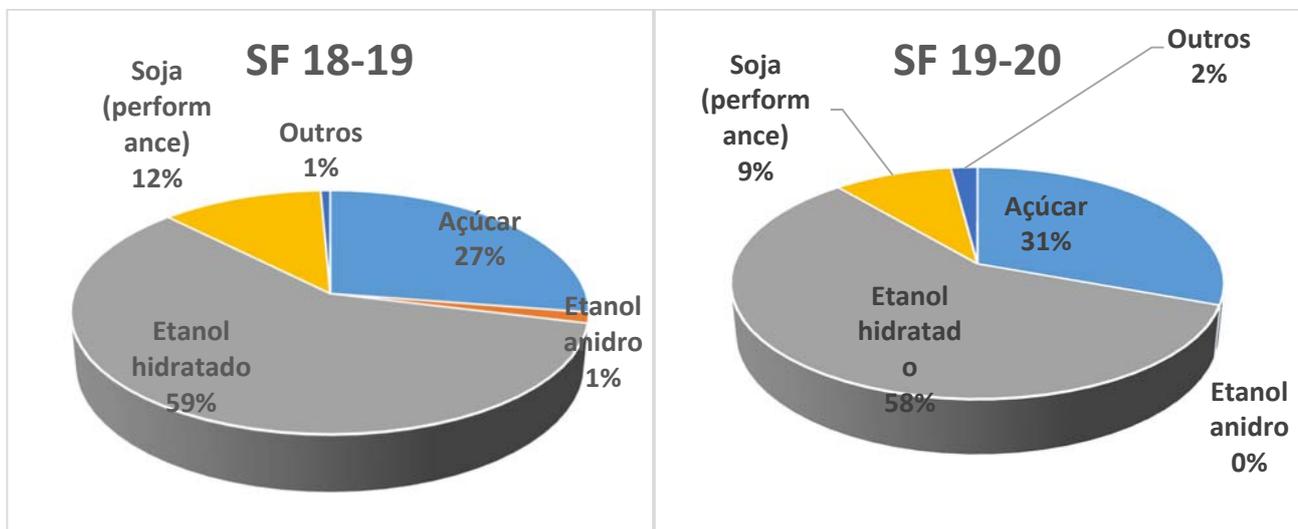
DADOS OPERACIONAIS	SF 18-19	SF 19-20	Var.(%)
Cana processada (mil toneladas)	1.228	1.192	-3%
Própria	813	874	7%
Fornecedores	415	318	-23%
Mix cana própria	66%	73%	7,12 p.p.
ATR (kg por ton)	129,15	129,86	1%
Produção			
Açúcar (ton)	51.064	61.638	21%
Etanol anidro (m ³)	3.674	-	-100%
Etanol hidratado (m ³)	59.799	55.117	-8%
Vendas			
Açúcar (ton)	51.559	58.068	-44%
Etanol anidro (m ³)	1.451	-	-90%
Etanol hidratado (m ³)	63.466	55.501	153%
Estoques			
Açúcar (ton)	-	3.048	-100%
Etanol anidro (m ³)	557	190	-60%
Etanol hidratado (m ³)	104	1.134	-83%

Na safra 2019/2020 a moagem foi de 1.192 mil toneladas, sendo 73% (874 mil toneladas) de cana-de-açúcar própria, sendo 30% deste canavial cultivadas em área do grupo Diana e 70% em área de parceria agrícola.

Aumento de 21% na produção de açúcar VHP, superando 61 mil toneladas.

RESULTADO/EBTIDA

COMPOSIÇÃO RECEITA BRUTA	SF 18-19	SF 19-20	Var.(%)
Milhares de reais			
Mercado interno	153.385	140.244	-9%
Etanol anidro	3.007	-	-100%
Etanol hidratado	124.254	117.698	-5%
Soja (<i>performance</i>)	24.666	18.420	-25%
Outros	1.458	4.126	183%
Mercado externo	58.068	61.953	7%
Açúcar	58.068	61.953	7%
Receita bruta total	211.453	202.196	-4%
Açúcar	58.068	61.953	7%
Etanol anidro	3.007	-	-100%
Etanol hidratado	124.254	117.698	-5%
Soja (<i>performance</i>)	24.666	18.420	-25%
Outros	1.458	4.126	183%



PREÇOS	SF 18-19	SF 19-20	Var.(%)
Volume			
Açúcar (ton)	51.559	58.068	13%
Etanol anidro (m ³)	1.451	-	-100%
Etanol hidratado (m ³)	63.466	55.501	-13%
Preços brutos			
Açúcar (R\$/ton)	1.126	1.067	-5%
Etanol anidro (R\$/m ³)	2.073	-	-100%
Etanol hidratado (R\$/m ³)	1.958	2.121	8%



DRE	SF 18-19	SF 19-20	Var.(%)
Receita Bruta	211.336	201.864	-4%
(-) Impostos	(27.659)	(25.038)	
(=) Receita Líquida	183.677	176.826	-4%
Mudança no valor justo do ativo biológico	(95)	6.769	
(-) Custo dos Produtos Vendidos	(163.583)	(151.742)	-7%
(=) Lucro Bruto	19.999	31.853	59%
<i>Margem bruta</i>	11%	18%	7,13 p.p.
Despesas (receitas) administrativas, comerciais e outras	(21.963)	(15.368)	
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas, variação cambial líquida e impostos	(1.964)	16.485	939%
Resultado financeiro	(19.095)	(11.209)	
Variação cambial líquida	(12.172)	(12.647)	
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(33.231)	(7.371)	78%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9.780	1.240	
Resultado do exercício	(23.451)	(6.131)	74%
Estorno (líquido do IR/CSLL)			
Efeitos nova norma contábil "CPC 06 (R2)"	-	4.021	
Variação cambial (competência)	4.452	8.048	
Resultado do exercício	(18.999)	5.938	131%
	-10%	3%	13,7 p.p.

Na safra 2018/2019 a companhia apurou resultado líquido (prejuízo) de R\$ 23.451.

Já na safra 2019/2020 apurou resultado líquido (prejuízo) de R\$ 6.131. Nesse resultado estão os efeitos de adoção da norma CPC 06(R2) impactando negativamente em R\$ 6.092.

significativa do resultado.

Se anularmos os efeitos, líquidos de imposto de renda e contribuição social, da variação cambial (competência) e adoção do CPC 06(R2), podemos observar apuração de prejuízo de R\$ 18.999 na safra 2018/2019 e lucro de R\$ 5.938 na safra 2019/2020, mostrando uma melhora

EBTIDA	SF 18-19	SF 19-20	Var.(%)
Receita Bruta	211.336	201.864	-4%
(-) Impostos	(27.659)	(25.038)	
(=) Receita Líquida	183.677	176.826	-4%
Mudança no valor justo do ativo biológico	(95)	6.769	
(-) Custo dos Produtos Vendidos	(163.583)	(151.742)	-7%
(=) Lucro Bruto	19.999	31.853	59%
<i>Margem bruta</i>	11%	18%	7,13 p.p.
Despesas (receitas) administrativas, comerciais e outras	(21.963)	(15.368)	
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas, variação cambial líquida e impostos	(1.964)	16.485	939%
Depreciação de máquinas, equipamentos e edificações	7.173	7.128	
Depreciação de Plantas Portadoras	13.848	12.962	
Consumo Ativo Biológico	22.001	22.812	
Amortização de entressafra (agrícola e indústria)	13.852	18.471	
Amortização do direito de uso	-	16.055	
EBITDA ajustado	54.910	93.916	71%
<i>Margem Ebtida</i>	30%	53%	23,22 p.p.

CUSTOS

CPV	SF 18-19	SF 19-20	Var.(%)
Milhares de reais			
Açúcar	48.924	54.903	12%
Etanol anidro	2.380	-	-100%
Etanol hidratado	86.761	75.781	-13%
Soja (<i>performance</i>)	25.518	18.097	-29%
Outros		2.961	0%
Total	163.583	151.742	-7%
ATR vendido ('000 tons)	211,27	197,05	-7%
Custo unit. (CPV/ATR)	774,29	770,06	-1%

Despesas com vendas e administrativas	SF 18-19	SF 19-20	Var.(%)
Milhares de reais			
Despesas com pessoal	5.757	5.442	-5%
Fretes a armazenagem	6.457	7.626	18%
Serviços prestados	6.851	3.343	-51%
Impostos, depreciação e outros	4.131	2.599	-37%
Total	23.196	19.010	-18%

Outras receitas operacionais	SF 18-19	SF 19-20	Var.(%)
Milhares de reais			
Resultado na venda/baixa de ativos	(180)	191	-206%
Outras (despesas) receitas operacionais líquidas	1.413	(86)	-106%
Exclusão do ICMS da base de Pis e Cofins	-	3.537	0%
Total	1.233	3.642	195%

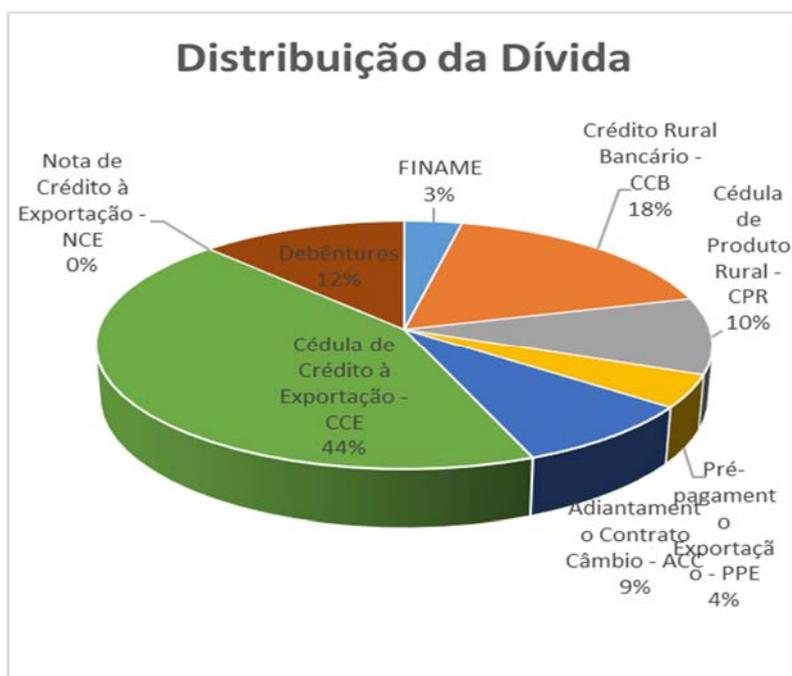
Ao longo dos 2 (dois) últimos anos, com as ações tomadas, objetivamos uma melhora operacional e redução de custos, as quais já podemos comprovar com o exercício findo.

RESULTADO FINANCEIRO

Resultado financeiro	SF 18-19	SF 19-20	Var.(%)
Milhares de reais			
Instrumentos financeiros derivativos (realizados)	1.161	(191)	-116%
Instrumentos financeiros derivativos (não realizados)	313	(12.299)	0%
Rendimentos com aplicações financeiras	(1.147)	(1.147)	0%
Descontos obtidos	(925)	(398)	-57%
Benefícios adesão ao PERT	(400)		-100%
Juros demais operações e descontos financeiros	1.732	1.329	-23%
Juros apropriados sobre financiamentos	16.408	16.656	2%
Juros tributários - parcelamento e contingências	1.889	1.514	-20%
Descontos concedidos	65	692	965%
AVP - Passivo de Arrendamentos (CPC 06)	-	5.869	0%
Custos a amortizar (CPC 08)	-	(816)	0%
Variação cambial ativa	(1.005)	(510)	-49%
Variação cambial passiva	13.176	13.156	0%
	31.267	23.856	-24%
Estorno variação cambial	12.172	12.647	4%
	19.095	11.209	-41%

ENDIVIDAMENTO

Endividamento	31/03/2019	31/03/2020	Var.(%)
Milhares de reais			
FINAME	8.923	6.967	-22%
Crédito Rural Bancário - CCB	2.621	35.726	1263%
Cédula de Produto Rural - CPR	30.900	20.600	-33%
Pré-pagamento Exportação - PPE	14.040	8.770	-38%
Adiantamento Contrato Câmbio - ACC	24.450	18.101	-26%
Cédula de Crédito à Exportação - CCE	60.658	89.915	48%
Nota de Crédito à Exportação - NCE	671	-	-100%
Debêntures	22.593	25.084	11%
Dívida bruta total	164.856	205.162	24%
Disponibilidades	31.259	35.037	12%
Estoque disponível	847	3.918	362%
Efeito de Swap	(987)	3.613	-466%
Dívida líquida	133.737	162.594	22%
Curto prazo	66.958	59.466	-11%
Longo prazo	66.779	103.128	54%



Índices de dívida	31/03/2019	31/03/2020	Var.(%)
Dívida por tonelada de cana	108,91	136,44	25%
Dívida por EBITDA	2,44	1,73	-29%
Dívida por Receita líquida	0,73	0,92	26%
Custo da dívida líquida	14,28%	6,89%	-52%

INVESTIMENTOS

Investimentos	31/03/2019	31/03/2020	Var.(%)
Milhares de reais			
Plantio de cana	17.916	32.570	82%
Maquinas, equipamentos e edificações	8.539	9.597	12%
Total geral	26.454	42.167	59%

Conforme já comentado no início desse relatório, é importante ressaltar que a Companhia não vem medindo esforços para investir no seu canavial, bem como fez investimentos pontuais na área agrícola e industrial buscando uma melhora de produtividade, redução de custos e otimizando o parque fabril.

Traçamos um planejamento para os próximos 5 anos, com acompanhamento semanal da evolução e revisão trimestral.

Tal planejamento é realizado em conjunto com todas as áreas da companhia de forma que haja o engajamento de toda a equipe.

Alinhado a isso, temos uma rígida política de risco a fim de aproveitar as melhores oportunidades de preço de venda de açúcar, etanol e energia.

O árduo trabalho realizado nos 2 últimos anos, demonstrado através deste relatório, nos dão segurança e confiança que a companhia está iniciando um círculo virtuoso e tem pela frente um futuro produtivo, eficiente e rentável, continuaremos sempre focados e comprometidos com a melhora contínua, de forma consciente, adotando as melhores práticas para não apenas manter, mas melhorar nossos indicadores operacionais, de custos, financeiros e de rentabilidade.

* * *



KPMG Auditores Independentes
Avenida Presidente Vargas, 2.121
Salas 1401 a 1405, 1409 e 1410 - Jardim América
Edifício Times Square Business
14020-260 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Caixa Postal 457 - CEP 14001-970 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Telefone +55 (16) 3323-6650
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da Diana Bioenergia Avanhandava S.A.

Avanhandava – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Diana Bioenergia Avanhandava S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Diana Bioenergia Avanhandava S.A. em 31 de março de 2020, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Mensuração dos ativos biológicos

Veja as Notas 4.b, 7.g e 11 das demonstrações financeiras

Principal assunto de auditoria

A Companhia mensura os seus ativos biológicos de cana-de-açúcar ao valor justo menos a despesa de venda no momento do reconhecimento inicial e no final de cada período de competência.

A mensuração da estimativa do valor justo envolve premissas tais como preço estimado do ATR, produtividade do canavial (toneladas por hectare e quantidade de ATR) e taxa de desconto.

Esse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria devido à relevância dos valores dos ativos biológicos registrados pela Companhia e às incertezas relacionadas a premissas que possuem risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos das demonstrações financeiras no próximo exercício fiscal.

Como nossa auditoria endereçou esse assunto

Nossos procedimentos incluíram, mas não se limitaram a:

A avaliação do desenho e a efetividade operacional dos controles internos chave da Companhia relacionados ao cálculo do valor justo dos ativos biológicos.

A avaliação, com o auxílio dos nossos especialistas em finanças corporativas, da razoabilidade das principais premissas (preço estimado do ATR, toneladas por hectare, quantidade de ATR, e a taxa de desconto adotada) utilizadas pela Companhia para calcular o valor justo dos ativos biológicos, bem como comparamos com informações históricas disponíveis e com dados observáveis de mercado.

A avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras estão adequadas.

Com base nos procedimentos realizados acima resumidos, consideramos que, no tocante à sua mensuração, o saldo dos ativos biológicos, assim como as respectivas divulgações, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de março de 2020.

Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos

Veja as Notas 7.e e 15 das demonstrações financeiras

Principal assunto de auditoria

A Companhia possui imposto de renda e contribuição social diferidos ativos de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social.

Os prejuízos fiscais e a base negativa de contribuição social são reconhecidos na medida em que seja provável que lucro tributável futuro esteja disponível contra o qual os prejuízos fiscais acumulados e a base negativa de contribuição social possam ser realizados. As estimativas dos lucros tributáveis futuros são preparadas pela Companhia e estão suportadas pelo seu plano de negócios.

Como nossa auditoria endereçou esse assunto

Nossos procedimentos incluíram, mas não se limitaram a:

A avaliação do desenho dos controles internos chave relacionados com a preparação e revisão do plano de negócios, orçamento, estudos técnicos e análises das projeções de lucros tributáveis futuros disponibilizados pela Companhia.

Devido as incertezas relacionadas as premissas e estimativa do lucro tributável futuro, em 31 de março de 2020, que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste dos saldos das demonstrações financeiras no próximo exercício, consideramos este assunto significativo para a nossa auditoria.

Com o auxílio dos nossos especialistas em finanças corporativas, avaliação das premissas e da metodologia utilizadas pela Companhia na elaboração das projeções de lucros tributáveis futuros, especialmente as relativas às expectativas de preço de venda das *commodities*, custos operacionais e administrativos e a consistência dessas premissas com os planos de negócios aprovados pelo Conselho de Administração.

Avaliação da sensibilidade de resultados considerando mudanças razoavelmente possíveis nas premissas chave e comparamos os orçamentos aprovados para o exercício findo em 31 de março de 2020 com os valores reais apurados de forma a verificar a habilidade da Companhia em projetar resultados futuros.

Adicionalmente, com o auxílio dos nossos especialistas em impostos, consideramos a adequação da aplicação das leis tributárias e das deduções fiscais, incluindo as evidências que indicam a probabilidade de recuperação dos ativos fiscais diferidos, bem como aquelas que fundamentam os prazos estimados pela Companhia para sua utilização.

Avaliamos ainda se as projeções da Companhia indicavam lucros tributáveis futuros suficientes para permitir a realização dos prejuízos fiscais e base negativa não utilizados e das diferenças temporárias dedutíveis reconhecidos como ativos fiscais diferidos.

Avaliamos também se as divulgações nas demonstrações financeiras consideram as informações relevantes, principalmente as relativas às expectativas de realização dos ativos fiscais diferidos.

Com base no resultado dos procedimentos acima resumidos, consideramos que, no tocante à sua recuperabilidade, o valor dos ativos fiscais diferidos assim como as respectivas divulgações, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de março de 2020.

Adoção inicial do CPC 06 (R2) – Operações de Arrendamento Mercantil

Ver notas explicativas nº4.a e b., 6(ii), 7.m, 17 e 19 das demonstrações financeiras

Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>AA Companhia aplicou inicialmente o CPC 06 (R2) – Arrendamentos a partir de 1º de abril de 2019. De acordo com o CPC 06(R2), a Companhia reconhece ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para a maioria dos arrendamentos - ou seja, esses arrendamentos estão no balanço patrimonial.</p> <p>Ao mensurar os passivos de arrendamento a Companhia descontou os pagamentos de arrendamento utilizando uma taxa de desconto incremental.</p> <p>A determinação da taxa de desconto dos contratos de arrendamento envolve incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste nos saldos de passivos e ativos.</p> <p>A Companhia também exerceu julgamento para determinar o prazo de arrendamento: se a Companhia tem razoável certeza de exercer prorrogações.</p> <p>Devido a relevância das operações de arrendamento para a Companhia, às incertezas relacionadas com as premissas e estimativas na determinação da taxa de desconto e o julgamento quanto o exercício do prazo de prorrogação, esse assunto foi considerado como significativo para a nossa auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:</p> <ul style="list-style-type: none">– Avaliação do desenho e implementação dos controles internos para aplicação do novo pronunciamento de arrendamentos;– Avaliação, com base no custo da captação dos empréstimos da Companhia, das premissas utilizadas para formação da taxa de desconto tais como CDI + spread bancário;– Comparamos, para uma amostra de contratos, as áreas contratadas de arrendamentos e prazos considerados na mensuração do direito de uso e do passivo de arrendamento com os termos e condições dos respectivos contratos;– Avaliamos a determinação dos prazos de arrendamento, considerando as renovações contratuais que a Companhia exercerá.– Realizamos testes documentais sobre uma base de contratos de arrendamento para suportar os valores registrados; e– Consideramos a adequação das divulgações feitas nas demonstrações financeiras. <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos descritos acima, consideramos que os efeitos da adoção inicial do CPC 06 (R2) – Arrendamentos e as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de março de 2020 tomadas em conjunto.</p>

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a Administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Ribeirão Preto, 6 de julho de 2020

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP-027666/F



Rafael Henrique Klug
Contador CRC 1SP246035/O-7



Daniel Marino de Toledo
Contador CRC 1SP249851/O-8

Diana Bioenergia Avanhandava S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de março de 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	2020	2019	Passivo	Nota	2020	2019
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8	33.922	28.162	Fornecedores	18	27.855	22.118
Contas a receber de clientes	9	3.577	1.023	Passivo de arrendamento	19	13.540	-
Estoques	10	31.994	23.796	Empréstimos e financiamentos	20	89.450	91.734
Ativos Biológicos	11	26.811	22.812	Debêntures a pagar	21	12.584	6.343
Adiantamentos a fornecedores	12	18.321	17.349	Impostos e contribuições a recolher	22	6.776	5.104
Impostos a recuperar	14	5.348	5.273	Imposto de renda e contribuição social a recolher	15	8	8
Ativo fiscal corrente		-	427	Salários e férias a pagar		5.135	4.368
Instrumentos financeiros derivativos	33	56.701	503	Adiantamentos de clientes	24	20.640	4.460
Outros ativos		849	1.015	Mútuo com partes relacionadas	13	1.587	200
				Instrumentos financeiros derivativos	33	44.715	815
Total do ativo circulante		177.523	100.360	Total do passivo circulante		222.290	135.150
Não circulante				Não circulante			
Realizável a longo prazo				Realizável a longo prazo			
Depósitos judiciais e outros		293	694	Fornecedores	13/18	3.112	6.785
Impostos a recuperar	14	389	52	Passivo de arrendamento	19	47.824	-
Aplicações financeiras		1.115	3.097	Empréstimos e financiamentos	20	90.628	50.529
Total do realizável a longo prazo		1.797	3.843	Debêntures a pagar	21	12.500	16.250
Imobilizado	16	196.096	174.405	Impostos e contribuições a recolher	22	4.185	3.226
Direito de uso	17	64.421	-	Tributos diferidos	15	521	1.760
Total do ativo não circulante		262.314	178.248	Provisão para contingências	23	499	499
				Total do passivo não circulante		159.269	79.049
				Patrimônio líquido	25		
				Capital social		59.987	59.987
				Reserva legal		113	113
				Ajuste de avaliação patrimonial		45.768	47.122
				Prejuízos acumulados		(47.590)	(42.813)
				Total do patrimônio líquido		58.278	64.409
Total do ativo		439.837	278.608	Total do passivo		381.559	214.199
				Total do passivo e patrimônio líquido		439.837	278.608

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Diana Bioenergia Avanhandava S.A.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de março 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	Nota	2020	2019
Receita operacional líquida	26	176.826	183.677
Mudança no valor justo do ativo biológico	11	6.769	(95)
Custos dos produtos vendidos	27	<u>(151.742)</u>	<u>(163.583)</u>
Lucro bruto		31.853	19.999
Despesas de vendas	28	(8.541)	(8.775)
Despesas administrativas e gerais	28	(10.469)	(14.421)
Outras receitas operacionais, líquidas	29	<u>3.642</u>	<u>1.233</u>
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas, variação cambial líquida e impostos		16.485	(1.964)
Receitas financeiras	30	61.257	3.615
Despesas financeiras	31	(72.466)	(22.710)
Variação cambial líquida	32	<u>(12.647)</u>	<u>(12.172)</u>
Receitas (despesas) financeiras e variação cambial, líquidas		<u>(23.856)</u>	<u>(31.267)</u>
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social contribuição social		<u>(7.371)</u>	<u>(33.231)</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15	<u>1.240</u>	<u>9.780</u>
Resultado do exercício		<u><u>(6.131)</u></u>	<u><u>(23.451)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Diana Bioenergia Avanhandava S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de março 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	2020	2019
Resultado do exercício	<u>(6.131)</u>	<u>(23.451)</u>
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u><u>(6.131)</u></u>	<u><u>(23.451)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Diana Bioenergia Avanhandava S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de março 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social subscrito	Reserva legal	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 01 de abril de 2018		5.187	113	48.521	(20.761)	33.060
Integralização de capital	25	54.800	-	-	-	54.800
Realização de ajuste de avaliação patrimonial		-	-	(1.399)	1.399	-
Resultado do exercício		-	-	-	(23.451)	(23.451)
Saldos em 31 de março de 2019		59.987	113	47.122	(42.813)	64.409
Realização de ajuste de avaliação patrimonial		-	-	(1.354)	1.354	-
Resultado do exercício		-	-	-	(6.131)	(6.131)
Saldos em 31 de março de 2020		59.987	113	45.768	(47.590)	58.278

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Diana Bioenergia Avanhandava S/A

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de março 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	Nota	2020	2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Resultado do exercício		(6.131)	(23.451)
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais			
Depreciação:			
Depreciação de máquinas, equipamentos e edificações (agrícola e indústria)	16	7.128	7.173
Depreciação de Plantas Portadoras	16	12.962	13.848
Consumo Ativo Biológico	11	22.812	22.001
Amortização de entressafra (agrícola e indústria)		18.471	13.852
Amortização do direito de uso	17	16.055	-
Resultado na alienação de imobilizado		430	1.566
Mudança no valor justo do ativo biológico		(6.769)	95
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15	(1.240)	(9.780)
Instrumentos financeiros derivativos		(12.298)	312
Juros e variações cambiais	20/21	28.027	26.382
Juros sobre passivo de arrendamento	19	5.869	-
Reversão de provisão para contingências		-	(179)
Constituição (reversão) de provisão para perdas de crédito esperadas		(543)	527
Ajuste a valor recuperável dos estoques		-	(1.379)
Redução (aumento) nos ativos			
Contas a receber de clientes		(2.011)	888
Estoques		(26.669)	(10.171)
Adiantamentos a fornecedores		(13.266)	(5.828)
Impostos a recuperar		15	7.030
Aplicações financeiras		1.982	1.003
Outros créditos		166	495
Depósitos judiciais e outros		401	(28)
Aumento (redução) nos passivos			
Fornecedores		2.064	(5.608)
Impostos e contribuições a recolher e outros		2.631	4.593
Salários e férias a pagar		768	(557)
Adiantamentos de clientes		16.180	(14.837)
Mútuos partes relacionadas		1.387	3.113
Juros pagos	20/21	(17.749)	(16.575)
Caixa e equivalentes de caixa gerados pelas atividades operacionais		50.673	14.484
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Ativo biológico - tratos culturais	11	(20.042)	(22.485)
Aquisição do imobilizado	16	(42.211)	(26.454)
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(62.253)	(48.939)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Aumento de capital social	25	-	45.300
Pagamento de passivo de arrendamento	19	(12.687)	-
Empréstimos e financiamentos tomados	20/21	124.010	104.661
Empréstimos e financiamentos pagos	20/21	(93.983)	(115.921)
Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos		17.341	34.040
Aumento (Redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa		5.760	(416)
Demonstração da redução do caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício		28.162	28.578
No fim do exercício		33.922	28.162
Aumento (Redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa		5.760	(416)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Diana Bioenergia Avanhandava S.A. (“Companhia”) tem sua sede administrativa na cidade de Avanhandava, Estado de São Paulo, na Fazenda Nova Recreio. Tem por objeto social a industrialização, comercialização, importação e exportação de álcool, açúcar, subproduto e de produtos agropecuários, a exploração agrícola e comercial em todas as suas modalidades, especialmente no que diz respeito à produção de cana de açúcar, seus subprodutos, fertilizantes, herbicidas, fungicidas e bactericidas, bem como a cogeração de energia elétrica a partir da biomassa, em ambiente próprio ou de terceiros e a administração de bens próprios e a participação, na qualidade de sócia quotista ou acionista, em qualquer empresa nacional ou estrangeira.

No exercício findo 31 de março de 2020, 73% da cana-de-açúcar foi de produção própria, sendo 15% da cana-de-açúcar produzida em áreas próprias, 17% em área de acionista e 68% em áreas de parceria agrícola, sendo seu mix industrial foi de 44,6% para a produção de açúcar e 55,4% à produção de etanol.

2 Base de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que a Companhia conseguirá cumprir suas obrigações de pagamentos decorrentes de empréstimos bancários conforme os prazos divulgados na nota explicativa 20.

A Companhia apresentou em 31 de março de 2020 excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes no montante de R\$ 44.764 (R\$ 34.790 em 31 de março de 2019) e adicionalmente, apurou prejuízo líquido no exercício no montante de R\$ 6.131 (R\$ 23.451 em 31 de março de 2019), substancialmente ocasionado por variação cambial de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira.

Durante os 2 últimos anos e o ano atual (2020), vêm reformando uma taxa média de 25% do seu canavial, investindo em cogeração de energia, reduzindo seus custos operacionais, entre uma série de outras medidas.

A Administração da Companhia vem renegociando os saldos de financiamentos, junto aos principais bancos credores cujo endividamento encontra-se classificado no passivo circulante, de forma a readequar seu fluxo de caixa operacional. O planejamento estratégico que a Companhia vem implementando, tem como objetivo a geração de resultados positivos nos próximos exercícios. Dentre as principais ações tomadas destacam-se as seguintes:

- Obtenção de linhas de créditos de longo prazo com taxas menores para adequação do capital de giro e redução das despesas financeiras; e
- Reestruturação organizacional e implementação de melhorias de processos para redução de custos operacionais.

Vale lembrar que a Companhia não utiliza contabilização de *hedge accounting*.

A administração reconhece que uma certa incerteza permanece sobre a capacidade da Companhia para cumprir com às suas necessidades de financiamento e para refinar ou pagar seus empréstimos bancários à medida que vencem. No entanto, conforme descrito acima, a administração tem uma expectativa razoável de que a Companhia terá recursos suficientes para continuar operando no futuro previsível e, portanto, com base no seu julgamento, concluiu que a incerteza remanescente não é material.

Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC e CFC)

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

Detalhes sobre as principais políticas contábeis da Companhia estão apresentadas na nota explicativa nº 7.

A emissão das demonstrações financeiras da Companhia foi autorizada pela Administração em 6 de julho de 2020. Após sua emissão, somente os acionistas tem o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Este é o primeiro conjunto de demonstrações financeiras anuais da Empresa no qual o CPC 06(R2) – Arrendamentos foram aplicados. As mudanças relacionadas nas principais políticas contábeis estão descritas na nota explicativa nº 6.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o valor milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 15** - reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados;
- **Notas explicativas 6, 17 e 19** – o prazo dos arrendamentos foram mensurados de acordo com as validades dos seus contratos, sem certeza de exercer opção de prorrogação; e
- **Nota explicativa 33** - Instrumentos financeiros.

b. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de março de 2020 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa nº 7.f** - Vida útil de ativo Imobilizado;
- **Nota explicativa nº 11** - Determinação do valor justo dos ativos biológicos com base em dados não observáveis significativos;
- **Nota explicativa nº 15** - Mensuração de ativos e passivos fiscais diferidos; e
- **Notas explicativas 6, 17 e 19:** Taxa de desconto para cálculo do valor presente dos contratos de arrendamento registrado na conta de direito de uso e passivo de arrendamento.

Mensuração a valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia estabelece uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de nível 3 e reportes à Diretoria.

A Companhia revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizado para mensurar os valores justos, então a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos do CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Questões significativas de avaliação são reportadas para a Diretoria da Companhia.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- **Nível 2:** inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

- Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa nº 33 - Instrumentos financeiros.

5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Os instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo por meio de resultado;
- os instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo; e
- Os ativos biológicos mensurados pelo valor justo.

6 Mudanças nas principais políticas contábeis

Foram aprovadas e emitidas as seguintes novas normas pelo CPC, que entraram em vigor e foram adotadas efetivamente a partir de 1º de janeiro de 2019 (no caso da Companhia em 1º de abril de 2019). A natureza e o impacto de cada nova norma ou alteração estão descritas abaixo.

(i) ICPC 22 – Incertezas em relação a tratamentos tributários

Esta interpretação esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 Tributos sobre o Lucro quando houver incerteza sobre os tratamentos de imposto sobre a renda e contribuição social sobre o lucro líquido. Nessas circunstâncias, a entidade deve reconhecer e mensurar o seu ativo ou passivo fiscal, corrente ou diferido, aplicando os requisitos do CPC 32 com base no lucro tributável (perda fiscal), nas bases fiscais, nas perdas fiscais não utilizadas, nos créditos fiscais não utilizados e nas alíquotas fiscais, determinados com base nesta interpretação. Esta interpretação está em vigor, no caso da Companhia, a partir de 1º de abril de 2019 e não foi identificado impactos relativos a referida interpretação que não vinham sendo divulgadas nas demonstrações financeiras da Companhia.

(ii) CPC 06 (R2) – Arrendamentos

Aspectos gerais

O CPC 06 (R2) introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

O CPC 06 (R2) substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil e é efetiva, no caso da Companhia a partir de 1º de abril de 2019.

A luz da referida norma contábil, o impacto mais significativo identificado foi que a Companhia reconheceu novos ativos e passivos para os seus arrendamentos, anteriormente reconhecidos como operacionais, relacionados aos arrendamentos e parcerias agrícolas, locação de maquinários e implementos agrícolas e caminhões. Além disso, a natureza das despesas relacionadas a esses arrendamentos foi alterada, pois o CPC (R2) substituiu a despesa linear de arrendamento operacional por despesas de depreciação do direito de uso e juros sobre os passivos de arrendamento.

Política contábil

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado pela taxa dos respectivos contratos.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de aluguéis e arrendamentos que não foram pagos na data de transição, descontados usando a taxa nominal única, baseada no endividamento da Companhia, que corresponde a aproximadamente a sua taxa média de captação no período (12,82% a.a.).

A Companhia remensura o passivo de arrendamento se houver uma alteração no prazo do arrendamento ou se houver alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou em taxa utilizada para determinar esses pagamentos, reconhecendo o valor da remensuração do passivo de arrendamento como ajuste ao ativo de direito de uso.

A Companhia aplicou julgamento para determinar o prazo de arrendamento de alguns contratos que incluem opções de renovação. A assertividade da avaliação se a Companhia pode exercer estas opções tem impacto direto no prazo do arrendamento, podendo afetar significativamente o valor do passivo de arrendamento e do ativo de direito de uso reconhecido. As opções de extensão e rescisão estão incluídas em vários contratos de arrendamentos em toda a Companhia.

Transição

A Companhia adotou o CPC 06/R2 utilizando a abordagem retrospectiva modificada, a qual não exige a rerepresentação dos valores correspondentes e não impacta o patrimônio líquido em 1º de abril de 2019. Consequentemente, as informações comparativas apresentadas para 2019 não estão rerepresentadas - ou seja, são apresentadas, conforme reportado anteriormente, de acordo com o CPC 06(R1) e interpretações relacionadas. Os detalhes das mudanças nas políticas contábeis estão divulgados abaixo. Além disso, os requerimentos de divulgação no CPC06(R2) em geral não foram aplicados a informações comparativas.

Adicionalmente, os seguintes principais expedientes práticos foram utilizados para a transição aos novos requerimentos de contabilização de arrendamentos: (a) aplicação do CPC 06 (R2) a todos os contratos celebrados antes de 1º de abril de 2019 que eram identificados como arrendamentos de acordo com CPC 06 e interpretações relacionadas; (b) utilização de taxa de desconto nominal única para todos os contratos; (c) não foi realizado o reconhecimento dos contratos com prazo de encerramento dentro do período de 12 meses a partir da data da adoção inicial da norma ou com prazos indeterminados; e, (d) foram consideradas as opções de prorrogação de prazo ou rescisão, quando aplicável.

No entendimento da Companhia, as análises associadas a mensuração e reconhecimento dos contratos dos aluguéis e de arrendamentos mercantis foram, substancialmente, concluídas.

Na transição para o CPC 06(R2), a Companhia reconheceu ativos de direito de uso, reconhecendo o saldo em 1º de abril de 2019. O impacto na transição está resumido abaixo.

	Divulgado em 31.03.2019	Ajuste adoção inicial do CPC 06 (R2)	Nota	Saldo em 01.04.2019
Ativo				
Circulante				
Adiantamento a fornecedores	17.349	(12.294)		5.055
Demais ativos	83.011	-		83.011
Total do ativo circulante	100.360	(12.294)		88.066
Não circulante				
Direito de uso	-	62.766		62.766
Demais ativos	178.248	-		178.248
Total do ativo não circulante	178.248	62.766		241.014
Total do ativo	278.608	50.472		329.080
Passivo				
Circulante				
Passivo de arrendamento	-	11.388		11.388
Demais passivos	135.150	-		135.150
Total do passivo circulante	135.150	11.388		146.538
Não circulante				
Passivo de arrendamento	-	39.084		39.084
Demais passivos	79.049	-		79.049
Total do passivo não circulante	79.049	39.084		118.133
Patrimônio líquido	64.409	-		64.409
Total do passivo e patrimônio líquido	278.608	50.472		329.080

(iii) Outras informações

Em 1º de abril de 2019, não houve impactos nas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e demonstrações dos fluxos de caixa em função das modificações aos novos CPCs e ICPCs citadas anteriormente.

a. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2020 (no caso da Companhia em 1º de abril de 2020).

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras:

- Alterações nas referências à estrutura conceitual
- Definição de um negócio (alterações ao CPC 15).
- Definição de materialidade (emendas ao CPC 26 e CPC 23).

7 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário. (Veja também nota explicativa nº 6).

a. Receita operacional

Venda de bens

A Companhia segue a estrutura conceitual da norma para reconhecimento da receita que é baseada no modelo de cinco etapas: (i) identificação de contratos com clientes; (ii) identificação de obrigações de desempenho nos contratos; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho prevista nos contratos e (v) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida.

A receita é reconhecida quando não há mais obrigação de desempenho para ser atendida pela Companhia, portanto, quando o controle dos produtos é transferido ao cliente e este tem a capacidade de determinar o seu uso e obter substancialmente todos os benefícios do produto.

b. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras compreendem receitas de variações cambiais ativas, variações monetárias e rendimentos de aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras compreendem despesas com juros sobre empréstimos, variações cambiais e variações monetárias. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, à construção ou à produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

c. Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação. Itens não monetários que sejam medidos em termos de custos históricos em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio apurada na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes na reconversão são reconhecidas no resultado.

d. Benefícios a empregados

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

e. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais do imposto de renda e a base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável anual.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende as parcelas correntes e diferidas. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber calculado sobre o lucro ou o prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. É mensurado com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço. O imposto corrente também inclui qualquer imposto a pagar decorrente da declaração de dividendos.

O imposto corrente ativo e passivo são compensados somente se alguns critérios forem atendidos.

(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas na extensão em que seja provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração do imposto diferido reflete as consequências tributárias que seguiriam a maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos.

O imposto diferido ativo e passivo são compensados somente se alguns critérios forem atendidos.

f. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário/aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condições necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis para os quais a data de início para a capitalização seja 1º de abril de 2009 ou data posterior a esta.

Gastos decorrentes de reposição de um componente de um item do imobilizado são contabilizados separadamente, incluindo inspeções e vistorias, e classificados no ativo imobilizado. Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa.

O *software* comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

(ii) Custos de manutenção

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

A Companhia realiza anualmente manutenções em sua unidade industrial, aproximadamente no período de dezembro a março. Os principais custos de manutenção incluem custos de mão de obra, materiais, serviços externos e despesas gerais indiretas alocadas durante o período de entressafra. Tais custos são contabilizados como um componente do custo do equipamento e depreciado durante a safra seguinte. Qualquer outro tipo de gasto, que não aumenta sua vida útil ou mantém sua capacidade de moagem, são reconhecidos no resultado como despesa.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados.

As taxas anuais para depreciação dos ativos, para os exercícios corrente e comparativo, são as seguintes:

	2020 - % ao ano
Terrenos e edificações	0,06%
Máquinas equipamentos e acessórios	3,42%
Veículos	6,54%
Máquinas e implementos agrícolas	7,99%
Móveis e utensílios	7,42%
Benfeitorias	1,92%
Computadores e periféricos	12,51%

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

g. Ativos biológicos

Os ativos biológicos são mensurados pelo valor justo, deduzidos das despesas de venda. Alterações no valor justo menos despesas de venda são reconhecidos no resultado. Custos de venda incluem todos os custos que seriam necessários para vender os ativos. A cana-de-açúcar em pé é transferida ao estoque pelo seu valor justo, deduzido das despesas estimadas de venda apurados na data de corte.

h. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os custos dos estoques são avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

A cana-de-açúcar consumida no processo produtivo é avaliada pelo seu valor justo menos as despesas de venda apurados na data do corte.

i. Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) *Classificação e mensuração subsequente*

Instrumentos Financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA -instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR.

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR.. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e

- Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado (VJR)	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes (ORA). No desreconhecimento, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes (ORA) é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes (ORA) e nunca são reclassificados para o resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) *Compensação*

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(v) *Instrumentos financeiros derivativos*

A Companhia mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e taxa de juros. Derivativos embutidos são separados de seus contratos principais e registrados separadamente, caso o contrato principal não seja um ativo financeiro e certos critérios sejam atingidos.

Os derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são normalmente registradas no resultado.

Os contratos de operação a termo de açúcar, são contabilizados a valor justo refletindo a realidade da Companhia em relação aos instrumentos utilizados para a precificação do produto. Tal registro não apresenta riscos para a Companhia, pois, apenas refletem a real precificação de sua produção de açúcar. O preço de exercício dessas operações estão bem acima do custo de produção da Companhia, o que apenas mitiga os riscos da Companhia para eventuais oscilações de preço.

(vi) *Capital social*

As ações são classificadas como patrimônio líquido.

A distribuição de lucros para os sócios da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, após deliberação dos acionistas, exceto se for destinado à constituição de adiantamento para futuro aumento de capital ou integralização de capital, situação em que esses lucros/juros são movimentados no patrimônio líquido.

j. Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

(i) Ativos financeiros não derivativos

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;
- Investimentos de dívida mensurados ao VJORA; e
- Ativos de contrato.

A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 30 dias de atraso.

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- O ativo financeiro estiver vencido há mais de 90 dias.

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a companhia está exposta ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos a Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário; a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Companhia adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há 180 dias com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. Com relação a clientes corporativos, a Companhia faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

k. Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os efeitos do desconto a valor presente são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

l. Provisão para ajuste do preço de cana

A cana de açúcar adquirida é valorizada com base no teor de sacarose apurado, medido pelo nível de ATR - Açúcar Total Recuperável. O fator de ATR é calculado pela Companhia de acordo com os padrões definidos pelo Conselho dos Produtores de cana de Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo - CONSECANA, cuja divulgação ocorre mensalmente, com base em estimativa do nível médio de ATR a ser apurado em cada safra. Ao final de cada safra, o índice oficial é divulgado pelo CONSECANA para pagamento do saldo remanescente aos fornecedores. A Companhia, com o objetivo de manter o saldo de fornecedores a valores próximos de sua exigibilidade, registra uma provisão para ajuste ao preço da cana na rubrica de fornecedores.

m. Arrendamentos

A Companhia aplicou o CPC 06(R2) utilizando a abordagem retrospectiva modificada e, portanto, as informações comparativas não foram reapresentadas e continuam a ser apresentadas conforme o CPC 06(R1) e ICPC 03. Os detalhes das políticas contábeis conforme CPC 06(R1) e ICPC 03 são divulgados separadamente.

Políticas contábeis aplicáveis a partir de 1 de janeiro de 2019 (no caso da Companhia em 1º de abril de 2019)

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia utiliza a definição de arrendamento no CPC 06(R2).

Esta política é aplicada aos contratos celebrados a partir de 1º de abril de 2019.

(i) *Como arrendatário*

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Empresa aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Companhia optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;
- pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início;
- valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e

- o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Empresa alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

A Companhia apresenta ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento e passivos de arrendamento em rubricas específicas no balanço patrimonial.

Arrendamentos de ativos de baixo valor

A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

Políticas contábeis aplicáveis antes de 1 de janeiro de 2019 (no caso da Companhia em 1º de abril de 2019)

Para contratos celebrados antes de 1º de abril de 2019, a Companhia determinou se o acordo era ou continha um arrendamento com base na avaliação de se:

- o cumprimento do acordo dependia do uso de um ativo ou ativos específicos; e
- o acordo havia concedido o direito de usar o ativo. Um acordo transmitia o direito de usar o ativo se um dos seguintes itens fosse cumprido:
- o comprador tinha a capacidade ou o direito de operar o ativo ao mesmo tempo em que obtinha ou controlava um valor que não era insignificante da produção ou de outra utilidade do ativo;
- o comprador tinha a capacidade ou o direito de controlar o acesso físico ao ativo ao mesmo tempo em que obtinha ou controlava um valor que não seja insignificante da produção ou outra utilidade do ativo; ou
- fatos e circunstâncias indicam que é raro que uma ou mais partes, exceto o comprador, venham a obter um valor que não seja insignificante da produção ou de outra utilidade que será produzida ou gerada pelo ativo durante o prazo do acordo, e o preço que o comprador paga pela produção não é contratualmente fixo por unidade de produção, nem equivalente ao preço de mercado atual por unidade de produção na época de entrega da produção.

(i) *Como arrendatário*

No período comparativo, como arrendatário, a Companhia classificou os arrendamentos que transferiam substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade como arrendamentos financeiros. Quando esse era o caso, os ativos arrendados eram mensurados inicialmente por um valor igual ao menor entre seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Os pagamentos mínimos do arrendamento foram os pagamentos durante o prazo da locação que o arrendatário era obrigado a fazer, excluindo qualquer aluguel contingente. Após o reconhecimento inicial, os ativos foram contabilizados de acordo com a política contábil aplicável a esse ativo.

Os ativos mantidos sob outros arrendamentos foram classificados como operacionais e não foram reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia. Os pagamentos efetuados sob arrendamentos operacionais foram reconhecidos no resultado de forma linear pelo prazo do arrendamento. Os incentivos recebidos foram reconhecidos como parte integrante do custo total do arrendamento, durante o prazo do arrendamento.

8 Caixa e equivalentes de caixa

	2020	2019
Caixa e bancos	589	8.778
Aplicações financeiras	<u>33.333</u>	<u>19.384</u>
	<u>33.922</u>	<u>28.162</u>

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras referem-se substancialmente a Certificados de Depósito Bancário - CDB, com rendimentos médios entre 75 a 100% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

As aplicações estão registradas ao custo, acrescido dos rendimentos incorridos até a data do balanço e seu valor não supera o valor de mercado. Todas as aplicações financeiras podem ser resgatadas em até 90 (noventa) dias da data de contratação, sem perda de rendimentos.

A exposição da Companhia a risco de taxas e análise de sensibilidade para os ativos e passivos estão apresentados na nota explicativa nº 33.

9 Contas a receber clientes

	2020	2019
Contas a receber de clientes	3.886	1.875
(-) Provisão para perdas de crédito esperadas (i)	<u>(309)</u>	<u>(852)</u>
	<u>3.577</u>	<u>1.023</u>

- (i) As perdas de créditos esperadas foi calculada com base na análise de risco dos créditos, que contempla o histórico de perdas, a situação individual dos clientes, a situação do grupo econômico ao qual pertencem, as garantias reais para os débitos e a avaliação dos assessores jurídicos.

As contas a receber de mercado externo são originadas em dólar americano, as quais são convertidas para reais na data de apresentação das demonstrações financeiras.

As movimentações da provisão para perdas de crédito esperadas são apresentadas a seguir:

	2020	2019
Saldo no início do exercício	852	325
(-) Baixas	(543)	(137)
(+) Adições	-	664
	<u>309</u>	<u>852</u>

Os recebimentos médios de clientes estão concentrados em recebimentos à vista ou antecipados.

A composição dos saldos por idade de vencimentos pode ser assim apresentada:

	2020	2019
Créditos a vencer	2.654	128
Créditos em atraso até 30 dias	115	138
Créditos em atraso de 31 a 180 dias	11	-
Créditos em atraso mais que 180 dias	1.106	1.610
	<u>3.886</u>	<u>1.875</u>

A Administração entende que a provisão para perdas de crédito esperadas é suficiente para cobrir prováveis perdas na liquidação das contas a receber considerando a situação de cada cliente e respectivas garantias oferecidas. Seu valor representa a estimativa de risco de não realização dos recebíveis vencidos sob a análise do gestor responsável.

A despesa com a constituição dessa provisão foi registrada na rubrica de despesas comerciais na demonstração do resultado. Quando esgotados os esforços para recuperação das contas a receber de clientes, os valores creditados nessa provisão são, em geral, revertidos contra a baixa definitiva do título.

A perda estimada da Companhia tem como política da Companhia o escalonamento de realização da carteira, levando a performance de recuperação dos recebíveis até 360 dias após o vencimento. Essa metodologia tem suportado as estimativas de perdas nesta carteira com elevado grau de assertividade, atendendo aos conceitos do CPC 48.

O critério utilizado pela Companhia tanto na distribuição das faixas, como na distribuição da porcentagem de perdas estimadas não é comparável quando utilizado para carteiras de crédito de instituições financeiras, que estão sob a norma do Banco Central, que estabelece o arrasto dos saldos dos clientes para pior faixa de risco, com a aplicação de porcentagem mínimos de perdas estimadas para cada faixa. Todavia, clientes que apresentam risco, a Companhia realiza o arrasto da carteira.

A Companhia em 31 de março de 2020 não possuía nenhuma operação que gerasse efeito significativo de ajuste a valor presente.

A exposição da Companhia a risco de crédito, moeda e perdas por redução ao valor recuperáveis relacionadas às contas a receber de clientes são divulgadas na nota explicativa nº 33 - Instrumentos financeiros.

10 Estoques

	2020	2019
Produtos acabados:		
Açúcar	3.850	-
Etanol	2.551	1.413
Almoxarifado	7.889	7.121
Gastos Entressafra	17.703	15.261
	<u>31.994</u>	<u>23.796</u>

Os estoques são avaliados pelo custo médio de aquisição ou de produção e não excedem ao valor de realização.

Os gastos com manutenção de entressafra, são os gastos incorridos na manutenção dos equipamentos industriais e agrícolas da Companhia, que são acumulados no decorrer do período de entressafra para apropriação ao custo de produção no decorrer da safra seguinte.

11 Ativos biológicos

A Companhia adota o Pronunciamento Técnico CPC 29 - Ativo Biológico, onde os seus ativos biológicos de cana-de-açúcar são mensurados ao valor justo menos a despesa de venda no momento do reconhecimento inicial e no final de cada período de competência.

Em 31 de março de 2020 a Companhia possui lavouras de cana-de-açúcar em cerca de 11.487 hectares de terras cultiváveis, sendo 20% em terras próprias, e 80% em áreas de parcerias agrícolas, com seus acionista e terceiros. As terras próprias em que as lavouras estão plantadas e as “plantas produtoras” são classificadas no ativo imobilizado e não integram o valor justo dos ativos biológicos.

	2020	2019
Saldo no início do exercício	22.812	30.117
Transferido para a planta produtora	-	(7.695)
Aumento devido tratos culturais	20.042	22.485
Diminuição devido a colheita	(22.812)	(22.001)
Mudança no valor justo menos despesas estimadas de venda	6.769	(95)
	<u>26.811</u>	<u>22.812</u>
Saldo no final do exercício		

A estimativa do valor justo poderia aumentar (diminuir) se:

- O preço estimado do ATR fosse maior (menor);
- A produtividade (toneladas por hectare e quantidade de ATR) prevista fosse maior (menor); e
- A taxa de desconto fosse menor (maior).

As atividades operacionais de cultivo de cana-de-açúcar estão expostas às variações decorrentes das mudanças climáticas, pragas, doenças e incêndios florestais e outras forças naturais.

Historicamente, as condições climáticas podem causar volatilidade no setor sucroenergético e, conseqüentemente, nos resultados operacionais da Companhia, por influenciarem as safras aumentando ou reduzindo as colheitas. Além disso, os negócios da Companhia estão sujeitos à sazonalidade de acordo com o ciclo de crescimento da cana-de-açúcar na região Centro-Sul do Brasil.

Lavouras de cana-de-açúcar

O cultivo da cana-de-açúcar é iniciado pelo plantio de mudas em terras próprias e de terceiros; o primeiro corte ocorre após doze e/ou dezoito meses do plantio, quando a cana é cortada e a raiz (cana soca) continua no solo. Após cada corte, a cana planta cresce novamente, em média, por cinco anos (safras).

As terras em que as lavouras estão plantadas (quando não vinculadas a operações de arrendamento ou parcerias) são classificadas no ativo imobilizado e não integram o valor dos ativos biológicos.

Principais premissas utilizadas na mensuração do valor justo:

O valor justo das lavouras de cana-de-açúcar foi determinado utilizando-se uma metodologia de fluxo de caixa descontado, considerando as seguintes principais premissas:

- Entradas de caixa obtidas pela multiplicação da expectativa da produtividade futura da cana-de-açúcar, medida em toneladas e de concentração de açúcar - ATR, pelo preço de mercado futuro da cana-de-açúcar, o qual é estimado com base em dados públicos e estimativas de preços futuros do açúcar; e
- Saídas de caixa representadas pela estimativa de (i) custo proporcional dos investimentos em plantio de lavouras, (ii) custos necessários para que ocorra a transformação biológica da cana-de-açúcar (tratos culturais); (iii) custos com corte, carregamento e transporte (CCT) da cana-de-açúcar; (iv) custos de capital (aluguel das terras e de máquinas e equipamentos); e (v) impostos incidentes sobre o fluxo de caixa positivo.

As áreas cultivadas representam apenas as lavouras de cana-de-açúcar, sem considerar as terras em que estas lavouras se encontram, sendo estas reconhecidas como imobilizado. As seguintes principais premissas foram utilizadas na determinação do valor justo:

	2020	2019
Área estimada de colheita (hectares)	11.487	12.891
Produtividade prevista (tons de cana/hectares)	78,34	75,02
Quantidade total de açúcar recuperável - ATR (kg)	135	132
Valor do Kg de ATR	0,68	0,65

A taxa de descontos utilizada para o cálculo do valor justo dos ativos biológicos é de 7,86% (8,61% em 31 de março de 2019).

A Companhia revisa periodicamente as premissas utilizadas para o cálculo do ativo biológico atualizando-as caso existam variações significativas em relação às projetadas anteriormente.

Com base na estimativa de receitas e custos, a Companhia determina o fluxo de caixa descontado a ser gerado em cada ano, considerando uma taxa de desconto que objetiva definir o valor presente dos ativos biológicos.

As variações no valor justo das lavouras de cana-de-açúcar são registradas na rubrica “Ativos biológicos” no ativo circulante e tem como contrapartida a rubrica “Resultado com mensuração de ativos biológicos ao valor justo”, no resultado do exercício.

O modelo e as premissas utilizadas na determinação do valor justo representam a melhor estimativa da administração na data das demonstrações financeiras e são revisados anualmente e, se necessário, ajustados.

A Companhia está exposta a uma série de riscos relacionados às suas plantações:

Riscos regulatórios e ambientais

A Companhia estabeleceu políticas e procedimentos ambientais voltados ao cumprimento de leis ambientais e outras. A Administração conduz análises regulares para identificar riscos ambientais e para garantir que os sistemas em funcionamento sejam adequados para gerenciar esses riscos.

Risco de oferta e demanda

A Companhia está exposta a riscos decorrentes da flutuação de preços e do volume de venda de suas plantações. Quando possível, a Companhia administra esse risco alinhando seu volume de colheita com a oferta e a demanda do mercado. A Administração realiza análises regulares da tendência da indústria para garantir que a estrutura de custo e preço da Companhia esteja de acordo com o mercado e para garantir que volumes projetados de colheita estejam consistentes com a demanda esperada. É importante salientar que, como se trata de uma Companhia que produz *commodities*, existe uma busca constante para redução de custos.

Riscos climáticos e outros

As plantações da Companhia estão expostas aos riscos de danos causados por mudanças climáticas, doenças, incêndios e outras forças da natureza. A Companhia possui processos extensos em funcionamento voltados ao monitoramento e à redução desses riscos, incluindo inspeções regulares da saúde e análises de doenças e pragas da lavoura.

Análise de sensibilidade

A Companhia avaliou o impacto sobre o valor justo do ativo biológico em 31 de março de 2020, a título de análise de sensibilidade, considerando a mudança para mais ou para menos das seguintes variáveis: (i) preço da tonelada de cana-de-açúcar e (ii) volume de produção de cana-de-açúcar, as demais variáveis de cálculo permanecem inalteradas. Dessa forma, uma variação (para mais ou para menos) de 5% no preço da tonelada de cana-de-açúcar resultaria em um aumento ou redução de R\$ 2.972. Com relação ao volume de produção, uma variação (para mais ou para menos) de 5% resultaria em aumento ou redução de R\$ 2.701.

12 Adiantamentos a fornecedores

	2020	2019
Adiantamentos a fornecedores de cana - terceiros	7.210	16.553
Adiantamentos de materiais	11.111	796
	<u>18.321</u>	<u>17.349</u>

Os saldos de adiantamentos a fornecedores de cana - terceiros referem-se a adiantamentos efetuados pela Companhia a fornecedores para futura entrega da cana-de-açúcar conforme contratos com vencimento até a safra 2020/2021.

13 Partes relacionadas

a. Remuneração da alta administração

O pessoal chave da administração é composto pela Diretoria. A remuneração paga aos Diretores no exercício foi de R\$ 805 (R\$ 687 em 2019). A Companhia não concede ao pessoal chave da administração benefícios com características de longo prazo.

b. Principais saldos e transações que afetaram o resultado

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de março de 2020 e 2019, assim como as transações que influenciaram o resultado dos períodos, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações da Companhia, conforme demonstrado a seguir:

			2020		2019	
			Ativo/ (Passivo)	Receitas/ (Despesa)	Ativo/ (Passivo)	Receitas/ (Despesa)
Passivo circulante						
Mútuo com parte relacionada						
	Renata Sodré Viana Egreja Junqueira	Acionista	(1.587)	-	(200)	-
Passivo não circulante						
Aquisição Atividade Agrícola (ii)						
	Renata Sodré Viana Egreja Junqueira	Acionista	(634)	-	(6.785)	-
Operações						
Compra de cana de açúcar (i)						
	Renata Sodré Viana Egreja Junqueira	Acionista	-	(1.909)	-	(2.488)
	Avanhandava Agropecuária S/A	Acionista	-	(181)	-	-

- (i) Compra de cana de açúcar
O preço é determinado de acordo com a sistemática de pagamento da cana-de-açúcar adotado pelo CONSECANA (Conselho dos Produtores de cana de açúcar, açúcar e álcool do Estado de São Paulo).
- (ii) Aquisição da atividade agrícola
Refere-se ao saldo da aquisição da atividade de cultivo de cana de açúcar. Na operação foram adquiridos o imobilizado e o ativo biológico, transferidos todos os funcionários e assumido todo o passivo com fornecedores conforme determinado em contrato.

14 Impostos a recuperar

	2020	2019
COFINS	3.626	565
PIS	788	121
IRRF	566	1.687
ICMS s/ ativo imobilizado	478	141
IPI	279	286
Reintegra	-	2.524
	5.737	5.325
Ativo circulante	5.348	5.273
Ativo não circulante	389	52

15 Ativos e passivos fiscais correntes e diferidos

Imposto sobre a renda e contribuição social diferidos ativos e passivos

		2020		2019	
		Saldo	Resultado	Saldo	Resultado
Passivo circulante					
	IRPJ e CSLL a pagar	(8)	-	(8)	-

	2020		2019	
	Saldo	Resultado	Saldo	Resultado
Tributos diferidos ativos constituídos sobre:				
Instrumentos financeiros derivativos	15.203	15.097	106	106
Provisão para perdas de crédito esperadas	105	(185)	290	179
Ajuste valor realizável estoques	-	-	-	(469)
Prejuízo fiscal e base de cálculo negativa	36.232	7.972	28.260	9.780
Valor justo do ativo biológico	-	(32)	32	32
Arrendamento mercantil (CPC 06 (R2))	2.070	2.070	-	-
Provisão para contingências	170	-	170	(61)
	53.780	24.922	28.858	9.567
Tributos diferidos passivos constituídos sobre:				
Valor justo ativo biológico	(2.301)	(2.301)	-	658
Instrumentos financeiros derivativos	(19.278)	(19.278)	-	-
Custo de transação	(277)	(277)	-	-
Exclusão ICMS da base de cálculo do Pis e Cofins	(1.203)	(1.203)	-	-
Imobilizado - Custo atribuído	(23.518)	698	(24.216)	720
Imobilizado - Depreciação Econômica	(7.724)	(1.322)	(6.402)	(1.166)
	(54.301)	(23.683)	(30.618)	213
Tributos diferidos líquidos apresentado no passivo não circulante:	(521)	1.239	(1.760)	9.780

Reconciliação das despesas de IRPJ e da CSLL

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	2020	2019
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(7.371)	(33.231)
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	2.506	11.299
Exclusões (adições) permanentes	(1.266)	(1.519)
	1.240	9.780
Imposto de renda e contribuição social – diferido	1.240	9.780
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferido	1.240	9.780
Alíquota efetiva	17%	29%

Realização dos ativos fiscais diferidos

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram fundamentadas nas projeções dos lucros tributáveis levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios consideradas quando de sua elaboração.

Na avaliação da capacidade de recuperação dos tributos diferidos, são consideradas projeções do lucro tributável futuro e as movimentações das diferenças temporárias aprovadas pela Administração. Tributos diferidos ativos são constituídos somente quando é provável que serão utilizados no futuro. Não há prazo de validade para utilização dos saldos de prejuízos fiscais e bases negativas, porém, a utilização desses prejuízos acumulados de anos anteriores é limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis. O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado periodicamente e as projeções são revisadas anualmente, caso haja fatores relevantes que venha a modificar as projeções, estas são revisadas durante o exercício pela Companhia.

Em 31 de março de 2020, a Companhia apresenta a seguinte expectativa de realização de ativos fiscais diferidos decorrente de ativos de prejuízos fiscais de imposto de renda e base negativa de contribuição social:

Exercícios	2020
2021	1.294
2022	5.142
2023	5.162
2024	5.340
2025	4.764
2026	4.181
2027	4.272
2028	4.379
2029	<u>1.698</u>
Total	<u><u>36.232</u></u>

16 Imobilizado

	Terrenos e edificações	Máquinas e equipamentos	Máquinas e implementos agrícolas	Veículos	Benfeitorias	Obras em andamento	Computadores e periféricos	Móveis e utensílios	Adiantamento a fornecedores	Lavouras de cana-de-açúcar	Total
Em 01 de abril de 2018	52.778	48.358	18.016	8.251	567	1.546	436	352	108	32.429	162.841
Adições	-	352	3.111	414	-	4.542	62	57	-	17.916	26.454
Depreciação	(141)	(10)	(1.325)	(223)	-	-	(8)	-	-	-	(1.566)
Transferências para circulante	-	(3.664)	(2.183)	(1.012)	(33)	-	(92)	(47)	-	(13.848)	(21.021)
	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7.695	7.695
Em 31 de março de 2019	52.637	45.034	17.619	7.431	534	6.088	398	362	108	44.192	174.404
Adições	-	507	1.974	349	-	6.533	146	89	-	32.570	42.167
Baixas	(5)	(8)	(54)	(183)	(44)	-	(73)	(21)	-	-	(387)
Depreciação	(141)	(3.587)	(2.287)	(949)	(33)	-	(91)	(41)	-	(12.962)	(20.091)
Transferências	-	5.152	58	22	233	(5.497)	25	5	-	-	-
Em 31 de março de 2020	52.491	47.098	17.310	6.670	691	7.125	405	394	108	63.800	196.096
Saldo em 31 de março de 2019											
Custo total	54.795	93.560	28.329	15.491	846	6.088	791	730	108	58.445	259.182
Depreciação acumulada	(2.158)	(48.526)	(10.710)	(8.060)	(312)	-	(393)	(368)	-	(14.253)	(84.778)
Valor residual líquido	<u>52.637</u>	<u>45.034</u>	<u>17.619</u>	<u>7.431</u>	<u>534</u>	<u>6.088</u>	<u>398</u>	<u>362</u>	<u>108</u>	<u>44.192</u>	<u>174.404</u>
Saldo em 31 de março de 2020											
Custo total	54.790	99.213	30.305	15.498	1.036	7.125	872	801	108	91.015	300.762
Depreciação acumulada	(2.299)	(52.113)	(12.993)	(8.829)	(344)	-	(466)	(408)	-	(27.215)	(104.666)
Valor residual líquido	<u>52.491</u>	<u>47.098</u>	<u>17.310</u>	<u>6.670</u>	<u>691</u>	<u>7.125</u>	<u>405</u>	<u>394</u>	<u>108</u>	<u>63.800</u>	<u>196.096</u>

a. Garantia

Em 31 de março de 2020, R\$ 84.483 do ativo imobilizado da Companhia que corresponde a máquinas e equipamentos agrícolas, veículos, máquinas e equipamentos industriais e propriedades estão garantindo operações de financiamentos nas modalidades Fínime e capital de giro junto às instituições financeiras.

17 Direito de uso

	Terras	Total
Custo ou avaliação:		
Em 31 de março de 2019	-	-
Adoção inicial CPC 06 (R2)	62.766	62.766
Em 1º de Abril de 2019	62.766	62.766
Adições de novos contratos	10.821	10.821
Remensuração de contratos - sem efeito caixa	6.889	6.889
Em 31 de março de 2020	80.476	80.476
Amortização acumulada:		
Em 31 de março de 2019	-	-
Adições - com impacto no resultado	(16.055)	(16.055)
Em 31 de março de 2020	(16.055)	(16.055)
Taxa média de amortização	20%	20%
Valor residual líquido:		
Em 31 de março de 2019	-	-
Em 31 de março de 2020	64.421	64.421

18 Fornecedores

	2020	2019
Fornecedores diversos	26.094	19.184
Aquisição atividade agrícola	634	6.785
Fornecedores de cana	4.239	2.934
Total	30.967	28.903
Passivo circulante	27.855	22.118
Passivo não circulante	3.112	6.785

O saldo a pagar a fornecedores decorrentes das compras de cana-de-açúcar, determinado de acordo com a sistemática de pagamento da cana-de-açúcar adotado pelo CONSECANA (Conselho dos Produtores de Cana-de-açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo).

A exposição da Companhia a riscos de moeda e liquidez relacionados a contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar é divulgada na Nota Explicativa nº 33.

19 Passivo de arrendamento

A movimentação do passivo de arrendamento, durante exercício é como segue:

	2020
Em 31 de março de 2019	-
Adoção inicial CPC 06 (R2)	50.472
Em 1º de Abril de 2019	50.472
Adições de novos contratos	10.821
Pagamentos	(12.687)
Atualização	5.869
Remensuração de contratos	6.889
Em 31 de março de 2020	61.364
Circulante	13.540
Não circulante	47.824

Abaixo cronograma de pagamentos dos arrendamentos a pagar do passivo não circulante em 31 de março de 2020:

	Valor nominal a pagar	Valor presente a pagar
1 a 12 meses	15.276	13.540
13 a 24 meses	12.676	10.089
25 a 36 meses	11.591	8.371
37 a 48 meses	10.239	6.768
49 a 60 meses	8.929	5.441
A partir de 60 meses	30.353	17.155
	89.065	61.364

A taxa media ponderada de taxa de juros utilizada para o calculo do ajuste a valor presente dos contratos de arrendamentos em 31 de março de 2020 é de 12,82%.

20 Empréstimos e financiamentos

Essa nota divulga informações contratuais sobre a posição de empréstimos e financiamentos da Companhia. A Nota Explicativa nº 33 divulga informações adicionais com relação à exposição da Companhia aos riscos de taxa de juros e moeda.

	2020	2019
Moeda nacional:		
Nota de crédito exportação - NCE - 100% CDI + 3% a.a	-	671
Cédula de Crédito Exportação - CCE - 100% CDI + 4,5% a 17,8% a.a	75.863	52.751
Cédula de Crédito Bancário - CCB - 100% CDI + 5% a 22% a.a	29.257	2.621
Cédula de Produto Rural - CPR - 100% CDI + 4,6% a.a	20.600	30.900
FINAME - Juros pré-fixados de 2,5% a 12,5% a.a e variação da TJLP	6.967	8.923
	132.687	95.867

	2020	2019
Moeda estrangeira:		
Adiantamento de contrato de câmbio - ACC - juros de 6% a 8%, a.a. mais variação cambial	18.101	24.450
Cédula de Crédito Exportação - CCE - 100% CDI + 4,5% a 17,8% a.a	14.052	7.907
Cédula de Crédito Bancário - CCB - 100% CDI + 5% a 22% a.a	6.469	-
Pré Pagamento de Exportação - PPE - 105% CDI + 8,35% a 9,5 % a.a	8.770	14.040
	47.391	46.396
 Total	 180.078	 142.263
 Passivo circulante	 89.450	 91.734
 Passivo não circulante	 90.628	 50.529

a. Vencimento da dívida

Em 31 de março de 2020 as parcelas do passivo não circulante têm o seguinte cronograma de pagamento:

Ano de Vencimento	2020	2019
2020	-	30.987
2021	53.882	18.335
2022	17.414	781
2023	12.865	274
2024	1.455	152
2025	1.100	-
2026	1.092	-
2027	1.092	-
2028	1.092	-
2029	637	-
 Total	 90.628	 50.529

Os financiamentos e empréstimos estão garantidos por alienação fiduciária dos bens financiados, notas promissórias, garantia hipotecária de terras e avais de acionistas.

b. Cláusulas contratuais (covenants)

A Companhia possui obrigações contratuais com a necessidade de manutenção de certos índices financeiros, operacionais e performance financeira.

Como a Companhia não cumpriu algumas obrigações relacionadas a manutenção de certos indicadores, renegociou as condições determinadas em contrato (*waiver*) antes da data de encerramento do exercício, não sendo necessários ajustes às demonstrações financeiras.

c. Fornecimento de garantias, avais ou fianças

Os empréstimos e financiamentos estão garantidos por alienação fiduciária dos bens e avais de sócios diretores e hipoteca de terras.

Modalidade de captação	Garantias
Finames	Alienação fiduciária dos bens financiados
CPR – Cédula de Produtor Rural	Alienação fiduciária de imóveis

Modalidade de captação	Garantias
CCB – Cédula de Crédito Bancários	Aval, alienação fiduciária dos bens financiados, hipoteca de imóveis, penhor mercantil, penhor rural (terras) e recebíveis.
NCE/CCE - Nota de Crédito de Exportação	Aval, enhor mercantil e alienação fiduciária de imóveis
PPE - Pré-pagamento de Exportações	Aval de Nota promissória e Contratos de exportações.
ACC - Adiantamento de Contrato de Câmbio	Aval de Nota Promissória e Contratos de exportações.

O total da dívida pode ser assim sumarizado:

	Circulante	Não circulante	Total da dívida
Dívida em 31 de março de 2018	88.180	48.110	136.289
Movimentação que afetam o fluxo de caixa	(122.234)	104.661	(17.572)
Captações	-	104.661	104.661
Amortização do principal	(108.422)	-	(108.422)
Juros pagos	(13.812)	-	(13.812)
Movimentação que não afetam o fluxo de caixa	125.788	(102.242)	23.546
Variações monetárias/Juros	23.546	-	23.546
Transferência para o circulante	102.242	(102.242)	-
Dívida em 31 de março de 2019	91.734	50.529	142.262
Movimentação que afetam o fluxo de caixa	(101.490)	114.010	12.520
Captações	-	114.010	114.010
Amortização do principal	(86.483)	-	(86.483)
Juros pagos	(15.008)	-	(15.008)
Movimentação que não afetam o fluxo de caixa	99.205	(73.911)	25.294
Variações monetárias/Juros	25.294	-	25.294
Transferência para o circulante	73.911	(73.911)	-
Dívida em 31 de março de 2020	89.450	90.628	180.078

21 Debêntures a pagar

	2020	2019
Debêntures a pagar	25.084	22.593
Total	25.084	22.593
Passivo circulante	12.584	6.343
Passivo não circulante	12.500	16.250

Em 15 de março de 2018, a Companhia efetuou a 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória a ser convolada em garantia real, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição e a 2º emissão de debênture simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória, a ser convolada em garantia real, em série única, para colocação privada, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários - CVM 476. O valor unitário das debêntures é de R\$1.000,00 (Um mil reais), sendo que foram emitidas 29.500 (vinte e nove mil) na 1º emissão e 500 (quinhentas) na 2º emissão, totalizando R\$30.000, feita com a XP Investimentos CCTVM S/A.

A Emissão de debentures no valor de R\$30.000, possui prazo para pagamento de 4 (quatro) anos. Esses recursos foram utilizados para a operação industrial, o custeio agrícola, a renovação do canavial e a produção de açúcar e etanol.

Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios equivalentes a 100% (Cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros - DI de um dia, extra-grupo, base 252 (Duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculados e divulgados diariamente pela “Taxa DI”, acrescida exponencialmente de um spread ou sobretaxa de 4,00% a.a. (quatro inteiros por cento) ao ano, base 252 (Duzentos e cinquenta e dois) dias úteis.

A Companhia está sujeita a determinadas cláusulas restritivas existentes no contrato de emissão de debentures como segue:

- decretação de falência, pedido de falência não elidido no prazo legal ou pedido de autofalência, assim como o pedido ou início de processo de recuperação judicial ou extrajudicial da Emissora ou da Fiadora 1 e/ou de qualquer controlada direta ou indireta da Emissora e/ou da Fiadora 1 (“Controladas”);
- ocorrência de qualquer alteração na composição societária que venha a resultar na perda, transferência ou alienação do controle acionário direto ou indireto da Emissora e/ou da Fiadora, sem prévia e expressa aprovação dos Debenturistas manifestada em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim;
- liquidação, dissolução, insolvência ou extinção da Emissora, da Fiadora e/ou de qualquer Controlada;
- pagamento de dividendos, juros sobre o capital próprio ou qualquer outra forma de pagamento aos seus acionistas, tal como participação no lucro prevista no estatuto social da Emissora, caso a Emissora esteja em mora com qualquer de suas obrigações pecuniárias estabelecidas nesta Escritura, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações;
- transformação societária da Emissora, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;
- redução de capital social da Emissora, conforme disposto no artigo 174, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, exceto para absorção de prejuízos já conhecidos na Data de Emissão, nos termos da lei;
- cisão, fusão, incorporação (inclusive, incorporação de ações) ou qualquer outra espécie de reorganização societária possível (todos esses eventos, em conjunto, "Reorganização Societária") envolvendo a Emissora e/ou a Fiadora;
- alteração ou modificação do objeto social da Emissora, exceto se não resultar em alteração da atividade principal da Emissora.

- comprovação de inveracidade, insuficiência, incorreção ou inconsistência de qualquer declaração feita pela Emissora e/ou por qualquer uma das Fiadoras nesta Escritura ou em qualquer outro documento da Emissão, ou de qualquer informação constante nos documentos relativos à Emissão;
- a Alienação Fiduciária de Imóvel e/ou a Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios venha a se tornar comprovadamente ineficaz, inexecúvel, bem como seja resilida, rescindida ou por qualquer outra forma extinta;
- os Direitos Creditórios se tornem ineficazes, inexecúveis ou, por qualquer motivo, deixem de existir, exceto se novos direitos creditórios forem cedidos fiduciariamente, desde que aprovados pelos titulares das Debêntures;
- constituição de qualquer ônus, penhor, direito de garantia, usufruto, arrendamento, encargo, opção, direito de preferência e restrição à transferência, gravame, ou qualquer outra restrição ou limitação que venha a afetar a livre e plena propriedade dos Imóveis alienados fiduciariamente, e/ou dos Direitos Creditórios;
- não obtenção, não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão das autorizações, concessões, subvenções, alvarás ou licenças, necessárias para o regular exercício das atividades desenvolvidas pela Emissora, pela Fiadora ou qualquer de suas Controladas que afete de forma significativa o regular exercício das atividades desenvolvidas pela Emissora, pela Fiadora e/ou qualquer de suas Controladas, ressalvada aquelas que estejam em fase de obtenção e desde que o pedido tenha sido feito dentro do prazo previsto na legislação específica;
- caso a Emissora realize quaisquer investimentos: (i) na expansão da capacidade de moagem do parque industrial da Emissora; e (ii) para aquisição de imóveis, exceto quando o montante aplicado na aquisição de imóveis não exceder o montante obtido com a venda de imóveis de propriedade da Emissora a partir da Data de Emissão. Poderão, no entanto, ser realizados investimentos (i) para manutenção do parque industrial e da frota de veículos da Emissora; e (ii) em ativos biológicos ou lavoura de cana-de-açúcar que componham o ativo imobilizado da Emissora;
- não observância, pela Emissora, dos seguintes índices financeiros (*covenants*), com base nos demonstrativos financeiros a serem apuradas com base no exercício social encerrado, sendo a primeira apuração com base no exercício social encerrado em 31 de março de 2020:

Covenant	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4
Dívida Líquida / EBITDA Ajustado	<=3,0x	<=3,0x	<=3,0x	<=3,0x
Ativo Circulante / Passivo Circulante	>= 0,65x	>= 0,90x	>= 1,00x	>= 1,00x
Dívida Líquida	<=R\$ 150 MM	<=R\$ 150 MM	<=R\$ 150 MM	<=R\$ 150 MM
Dívida Líquida / Tonelada de Cana Moída	<= 115,0x	<= 100,0x	<= 100,0x	<= 100,0x

Para fins deste item acima, (i) “EBITDA” significa: sigla em inglês para “Earnings before interest, taxes, depreciation and amortization”, calculado pelo ajuste ao lucro líquido das despesas (receitas) de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido, da adição ou exclusão do resultado financeiro líquido e adição da depreciação e amortização; e (ii) “Dívida Líquida” corresponde à soma dos saldos dos empréstimos, financiamentos e outras dívidas financeiras onerosas classificadas no passivo circulante e exigível de longo prazo da Emissora (consolidado), não incluindo avais, fianças e demais garantias prestadas em benefício de empresas não consolidadas nas demonstrações financeiras auditadas, menos caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras.

Como a Companhia não cumpriu algumas obrigações relacionadas a manutenção de certos indicadores, renegociou as condições determinadas em contrato (*waiver*) antes da data de encerramento do exercício, não sendo necessários ajustes às demonstrações financeiras.

O total de debêntures a pagar pode ser assim sumarizado:

	Circulante	Não circulante	Total
Debêntures a pagar em 31 de março de 2018	6.269	23.750	30.019
Movimentação que afetam o fluxo de caixa	(10.263)	-	(10.263)
Liberações	-	-	-
Amortização do principal	(7.500)	-	(7.500)
Juros pagos	(2.763)	-	(2.763)
Movimentação que não afetam o fluxo de caixa	10.336	(7.500)	2.836
Variações monetárias/Juros	2.836	-	2.836
Transferência para o circulante	<u>7.500</u>	<u>(7.500)</u>	<u>-</u>
Debêntures a pagar em 31 de março de 2019	6.343	16.250	22.593
Movimentação que afetam o fluxo de caixa	(10.241)	10.000	(241)
Liberações	-	10.000	10.000
Amortização do principal	(7.500)	-	(7.500)
Juros pagos	(2.741)	-	(2.741)
Movimentação que não afetam o fluxo de caixa	16.473	(13.750)	2.733
Variações monetárias/Juros	2.733	-	2.733
Transferência para o circulante	<u>13.750</u>	<u>(13.750)</u>	<u>-</u>
Debêntures a pagar em 31 de março de 2020	<u>12.584</u>	<u>12.500</u>	<u>25.084</u>

22 Impostos e contribuições a recolher

	2020	2019
ICMS - parcelamento	9.488	7.058
INSS	535	429
ICMS	379	341
IPI (Glosa Créd. Presumido)	137	-
COFINS	290	209
PERT (Programa Especial Regularização Tributária)	62	91
IRRF	17	87
PIS	-	45
PIS/COFINS/CSLL	3	20
Outros	<u>50</u>	<u>48</u>
Total	<u>10.961</u>	<u>8.330</u>
Passivo circulante	<u>6.776</u>	<u>5.104</u>
Passivo não circulante	<u>4.185</u>	<u>3.226</u>

23 Provisões para contingências

A Companhia está exposta a certos riscos, representados em processos tributários e reclamações trabalhistas e cíveis, que estão provisionados nas demonstrações financeiras, em virtude de serem considerados como de chance de êxito remota na defesa dos mesmos, ou pela sua importância na situação patrimonial da Companhia.

Os processos provisionados foram considerados adequados pela Administração com base em vários fatores, incluindo (mas não se limitando) a opinião dos assessores jurídicos da Companhia, a natureza dos processos e a experiência histórica.

Baseada na opinião dos assessores jurídicos a Companhia constituiu provisão para contingências de processos trabalhista, cível e ambiental em montante considerado suficiente para cobrir perdas prováveis que possam advir do desfecho dos processos tributários em andamento, conforme quadro abaixo:

	2020	2019
Cíveis	378	378
Trabalhistas	121	121
	499	499

A Companhia possui outros processos administrativos e judiciais em andamento, cujas avaliações, efetuadas por seus assessores jurídicos, são consideradas como de risco de perda possível e cujas eventuais perdas financeiras foram mensuradas no montante de R\$ 3.039 (R\$ 3.122 em 31 de março de 2019). Em função de não poder ser determinado o estágio em que se encontra o desfecho dessas ações, nenhuma provisão para perdas foi registrada nas demonstrações financeiras uma vez que não é requerida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil.

24 Adiantamento de clientes

	2020	2019
Adiantamento de clientes (mercado externo)	19.822	3.838
Adiantamento de clientes (mercado interno)	818	622
	20.640	4.460

Refere-se a adiantamentos recebidos pela Companhia para futura entrega de álcool e açúcar na safra 2020/2021.

25 Patrimônio líquido

Capital social

Em 31 de março de 2020, o capital social está representado por 59.987.075 ações no valor de R\$ 1,00 cada uma (R\$ 5.987.075 ações em 31 de março de 2019), pertencentes aos seguintes acionistas domiciliados no país:

	2020		2019	
	Ações	%	Ações	%
Renata Sodré Viana Egreja Junqueira	58.690.306	97,84	58.690.306	97,84
Laax Empreendimento e Participações Ltda.	1.296.769	2,16	1.296.769	2,16
	59.987.075	100	59.987.075	100

Ações ordinárias

Todas as ações têm os mesmos direitos com relação aos ativos líquido residuais da Companhia.

Os detentores de ações ordinárias têm o direito ao recebimento de dividendos conforme definido no estatuto da Companhia. As ações ordinárias dão o direito a um voto por ação nas deliberações da Companhia. A Companhia não possui ações em tesouraria.

Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76 e alterações posteriores, sem limite estipulado sobre o capital social.

Ajustes de avaliação patrimonial

É composto do efeito da adoção do custo atribuído para o ativo imobilizado em decorrência da aplicação do Pronunciamento Técnico CPC 27 - Ativo Imobilizado e Interpretação Técnica ICPC 10 na data de transição, deduzido do respectivo imposto de renda e contribuição social diferidos, e que vem sendo realizado mediante depreciação, alienação ou baixa dos ativos que lhe deram origem.

26 Receita operacional líquida

Veja políticas contábeis na nota explicativa 7.a.

a. Fluxos da receita

A receita operacional da Companhia é composta, substancialmente, pela venda de açúcar e etanol para o mercado interno e externo.

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida para fins fiscais apresentadas na demonstração do resultado é conforme segue:

	2020	2019
Receita bruta fiscal	201.864	211.336
Impostos sobre vendas	(25.038)	(27.660)
	<u>176.826</u>	<u>183.677</u>

b. Desagregação da receita de contratos com clientes

Na tabela seguinte, apresenta-se a composição analítica das receitas de mercadorias por categoria de produtos:

	2020	2019
Receitas operacionais:		
Mercado interno:		
Etanol	117.698	127.261
Outras	3.794	1.341
	<u>121.492</u>	<u>128.602</u>
Mercado externo:		
Açúcar	61.953	58.068
Soja – revenda (<i>performance</i>)	18.420	24.666
	<u>80.372</u>	<u>82.734</u>

	2020	2019
Total da receita bruta	201.864	211.336
(-) Impostos sobre vendas	<u>(25.038)</u>	<u>(27.660)</u>
Total da receita líquida	<u>176.826</u>	<u>183.677</u>

27 Custo dos produtos e mercadorias vendidos

	2020	2019
Matéria prima fornecedores e própria	48.178	52.887
Combustíveis e insumos	26.991	26.575
Mão de obra	20.130	22.300
Mercadorias revendidas - Soja	18.097	25.518
Entressafra	11.902	10.093
Serviços prestados por terceiros	10.195	8.828
Peças e acessórios	5.841	6.985
Depreciação	4.450	5.122
Outros custos	4.450	4.031
Frete	<u>1.507</u>	<u>1.245</u>
Total	<u>151.742</u>	<u>163.583</u>

28 Despesas operacionais por natureza

	2020	2019
Frete, transbordos e armazenagem	7.626	6.457
Despesa com pessoal	5.442	5.757
Serviços prestados	3.343	6.851
Outras despesas	2.941	2.962
Despesa com comercialização exceto fretes, transbordos e armazenagem	-	664
Reversão de provisão para perdas de crédito esperadas	<u>(540)</u>	<u>-</u>
	<u>19.010</u>	<u>23.196</u>
Reconciliação com as despesas operacionais classificadas por função:		
Despesas de vendas	8.541	8.775
Despesas administrativas e gerais	<u>10.469</u>	<u>14.421</u>
	<u>19.010</u>	<u>23.196</u>

29 Outras receitas operacionais líquidas

	2020	2019
Exclusão do ICMS da base do Pis e Cofins	3.537	-
Resultado na venda/baixa de ativos	190	(180)
Ajuste a valor realizável dos estoques	-	1.379
Outras (despesas) receitas operacionais líquidas	(30)	(30)
Reintegra	<u>(56)</u>	<u>64</u>
	<u>3.642</u>	<u>1.233</u>

30 Receitas financeiras

	2020	2019
Instrumentos financeiros derivativos - não realizados	56.198	503
Juros demais operações e descontos financeiros	1.632	106
Instrumentos financeiros derivativos - realizados	1.880	27
Rendimentos com aplicações financeiras	1.147	1.633
Descontos obtidos	398	946
Benefícios adesão ao PERT	-	400
	61.257	3.615

31 Despesas financeiras

	2020	2019
Instrumentos financeiros derivativos - não realizados	43.899	815
Juros apropriados sobre financiamentos	16.656	16.408
Juros sobre passivo de Arrendamentos (nota explicativa nº 19)	5.869	-
Juros demais operações	2.963	2.345
Instrumentos financeiros derivativos - realizados	1.689	1.188
Juros tributários - parcelamento e contingências	1.514	1.889
Descontos concedidos	692	65
Custos de transação	(816)	-
	72.466	22.710

32 Variação cambial líquida

	2020	2019
Variação cambial ativa	510	1.005
Variação cambial passiva	(13.155)	(13.176)
	(12.647)	(12.172)

33 Instrumentos financeiros

a. Classificação contábil e valores justos

Demonstração dos instrumentos financeiros em suas respectivas classificações por categorias

Os principais instrumentos financeiros usualmente utilizados pela Companhia e operações em conjunto estão apresentados e classificados conforme a seguir:

		Valor contábil				Valor justo		
		Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Outros passivos financeiros		Total	Nível 1	Nível 2
31 de março de 2020	Nota							
Ativos								
Caixa e equivalentes de caixa	8	-	589	-	589	-	-	-
Aplicações financeiras	8	34.448	-	-	34.448	-	34.448	-
Contas a receber de clientes	9	-	3.577	-	3.577	-	-	-
Adiantamento a fornecedores	12	-	18.321	-	18.321	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	33	56.701	-	-	56.701	-	56.701	-

		Valor contábil				Valor justo		
31 de março de 2020	Nota	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Outros passivos financeiros	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3
		-	849	-	849	-	-	-
Total		91.149	23.335	-	114.484	-	91.149	-
Passivos								
Fornecedores e outras contas a pagar	18	-	-	30.967	30.967	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	20	-	-	180.078	180.078	-	180.078	-
Debêntures a pagar	21	-	-	25.084	25.084	-	25.084	-
Passivo de arrendamento	19	-	-	61.364	61.364	-	-	-
Mútuo com partes relacionadas	13	-	-	1.587	1.587	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	33	44.715	-	-	44.715	-	44.715	-
Total		44.715	-	258.356	303.371	-	249.877	-
		Valor contábil				Valor justo		
31 de março de 2019	Nota	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Outros passivos financeiros	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos								
Caixa e equivalentes de caixa	8	-	8.778	-	8.778	-	-	-
Aplicações financeiras	8	22.481	-	-	22.481	-	22.481	-
Contas a receber de clientes	9	-	1.023	-	1.023	-	-	-
Adiantamento a fornecedores	12	-	17.349	-	17.349	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	31	503	-	-	503	-	503	-
Outros ativos		-	1.015	-	1.015	-	-	-
Total		22.984	28.165	-	51.149	-	22.984	-
Passivos								
Fornecedores e outras contas a pagar		-	-	28.903	28.903	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	18	-	-	142.263	142.263	-	142.263	-
Debêntures a pagar	19	-	-	22.593	22.593	-	22.593	-
Mútuo com partes relacionadas	13	-	-	200	200	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	31	815	-	-	815	-	815	-
Total		815	-	193.959	194.774	-	165.671	-

b. Mensuração do valor justo

Os valores contábeis do caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, fornecedores e empréstimos e financiamentos possuem o valor contábil que se aproximam do valor justo. Em 2020 e 2019, não houve a transferências entre níveis de classificação dos instrumentos financeiros pela Companhia.

c. Gerenciamento de risco financeiro

Visão geral

Os principais riscos nos quais a Companhia está exposta, são contemplados pelo modelo atual de monitoramento e gestão. Os riscos tais como, risco operacional, comportamento de demanda, concorrência e eventuais mudanças significativas no seguimento são gerenciados por modelo.

Os riscos econômicos financeiros refletem, principalmente, o comportamento de variáveis macroeconômicas, como preço do açúcar e etanol, taxas de câmbio e de juros, bem como as características dos instrumentos financeiros que a Companhia utiliza. Esses riscos são administrados por meio de acompanhamento da alta administração que atua ativamente na gestão operacional da Companhia.

A Companhia possui como prática gerir seus os riscos existentes de forma conservadora, sendo que esta prática possui como principais objetivos preservar o valor e a liquidez dos ativos financeiros e garantir recursos financeiros para o bom andamento dos negócios. Os principais riscos financeiros considerados pela gestão da alta administração são:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado;
- Risco operacional; e
- Risco de capital.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos, as práticas e os processos para a mensuração e gerenciamento de risco e o gerenciamento de capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras.

d. Estrutura de gerenciamento de risco

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e os sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia.

A Companhia, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetivam desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e suas obrigações.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis oriundos de venda de açúcar e adiantamento a fornecedores de cana.

A gestão do risco de crédito da Companhia em relação a clientes, no que pertence ao negócio do açúcar é centrada no relacionamento formalizado com Companhias de Trading, que possuem propostas contratuais que por sua vez são avaliadas pela administração da Usina, de forma que, adota-se como prática a análise das situações financeira e patrimonial dessas Companhias. Para as operações de adiantamento a fornecedores de cana, são firmados contratos de arrendamento, onde fica estabelecida a garantia contratual para o fornecimento do produto quando da sua produção, bem como, prevê todo o acompanhamento e manuseamento da produção por parte da

Usina. Adicionalmente os adiantamentos são gerenciados com base no estabelecimento de limites percentuais, que atualmente conforme determinação da administração é de 20% do custo estimado de produção.

De forma geral, o direcionamento dos negócios é tratado em reuniões para tomadas de decisões, acompanhamento dos resultados e adequações das estratégias estabelecidas, bem como, mantem operações com instituições financeiras de primeira linha, visando manter os resultados esperados.

O valor contábil dos ativos financeiros que representam a exposição máxima ao risco do crédito na data das demonstrações financeiras é como segue :

	Nota	2020	2019
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	8	33.922	28.162
Contas a receber de clientes	9	3.577	1.023
Outros ativos		849	1.015
		38.347	30.200

Em 31 de março de 2020 e 2019, a Companhia possuía junto a instituições operações de empréstimos financiamentos cujo saldo devedor naquela data era significativamente superior aos saldos mantidos em aplicações financeiras.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia possa eventualmente encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia trabalha alinhando disponibilidade e geração de recursos gerenciando sua geração de receita através da venda de açúcar em conjunto com a captação de recursos junto a instituições financeiras com taxas reduzidas e com prazos alongados de modo a cumprir suas obrigações nos prazos acordados. Adicionalmente a Usina possui como prática manter recursos em aplicações financeiras de liquidez imediata, visando principalmente garantir sua liquidez de curto prazo.

A seguir, estão as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e os ativos que são utilizados para gerenciar o risco de liquidez.

	2020				
	Valor contábil	Até 12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	Mais que 36 meses
Fornecedores	30.967	27.855	3.112	-	-
Empréstimos e financiamentos (*)	180.078	89.450	54.279	27.241	20.542
Debêntures a pagar (*)	25.084	12.584	13.316	-	-
Total	236.129	129.889	70.707	27.241	20.542

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia, possam ocorrer significativamente mais cedo ou em montantes significativamente diferentes.

	2019				
	Valor contábil	Até 12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	Mais que 36 meses
Fornecedores	28.903	22.118	6.785	-	-
Empréstimos e financiamentos (*)	142.263	102.787	34.860	19.548	1.339
Debêntures a pagar (*)	22.593	9.674	8.918	8.128	-
Total	193.759	134.579	50.564	27.677	1.339

(*) Os valores de Empréstimos e financiamentos e Debêntures a pagar incluem encargos projetados até o término dos respectivos contratos, distribuídos de acordo com o *aging* apresentado nos quadros.

Risco de mercado

Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado, tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços dos produtos comercializados ou produzidos pela Companhia e dos demais insumos utilizados no processo de produção.

A Companhia possui como prática para minimizar os riscos de mercado, firmar contratos de parceria com os produtores com o objetivo de garantir a produção, bem como, o estabelecimento de contratos de venda futura junto a Companhia de *Tradings*. Essa tomada decisão possui como principal objetivo garantir melhores preços de mercado.

Risco de taxas de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras oriundas das operações de exportações de açúcar e captações de recursos financeiros. A Companhia avalia permanentemente a contratação de operações de hedge para mitigar esses riscos. Ao longo do período a Companhia utilizou-se de instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições.

A gestão da exposição cambial da Usina consiste na análise do Hedge natural existente entre os contratos de exportação que consequentemente geram recebíveis em moeda estrangeira com as obrigações em moeda estrangeira, de forma que após a apuração da exposição líquida avalia-se estrategicamente a necessidade de contratar um instrumento de proteção. Sendo que, o hedge natural entre contratos de exportação e obrigações em moeda estrangeira é avaliado somente para safra seguinte.

Os instrumentos financeiros derivativos de proteção - hedge, estão lastreados pela exposição líquida em moeda estrangeira, que contempla os contratos de exportação firmados para a próxima safra. No entanto, a avaliação da necessidade da contratação de instrumentos de proteção para exposições em moeda estrangeira de longo prazo, será feita ao término da próxima safra.

Análise de sensibilidade

A Companhia utiliza-se de instrumentos financeiros derivativos somente para a proteção de riscos identificados e em montantes compatíveis com o risco (limitado a 100% do risco identificado). Desta forma, para fins de análise de sensibilidade para riscos de mercado originados por instrumentos financeiros, a Companhia analisa conjuntamente o instrumento de proteção e o objeto de proteção, conforme demonstrado nos quadros abaixo.

Para a análise de sensibilidade dos instrumentos de proteção cambial, a administração adotou como cenário provável o valores reconhecidos contabilmente. Como referência, aos demais cenários, foram considerados a deterioração e apreciação sobre a taxa de câmbio utilizada para apuração dos apresentados nos registros contábeis. Os cenários foram estimados com uma apreciação e desvalorização de 25% e 50%, respectivamente, do Real no cenário provável.

Com base nos saldos dos instrumentos de proteção e dos objetos protegidos em 31 de março de 2020, foram substituídas as taxas de câmbio e outros indexadores quando aplicável e calculadas as variações entre o novo saldo em Reais e o saldo em Reais em 31 de março de 2020 em cada um dos cenários.

A tabela abaixo demonstra os eventuais impactos no resultado na hipótese dos respectivos cenários apresentados, devendo-se considerar o fato de que os contratos de exportação firmados para as próximas safras não estão sendo contemplados pela análise apresentada abaixo:

	Alta		Baixa	
	25%	50%	25%	50%
Instrumentos financeiros				
Empréstimos e financiamentos	(11.848)	(23.696)	11.848	23.696
Swap	(23.171)	(46.342)	23.171	46.342
NDFs	(63.204)	(126.409)	63.204	126.409
	(98.223)	(196.447)	98.223	196.447

Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas e swaps, bem como, operações com subsídios rurais, quando as mesmas são disponibilizadas.

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos, único exclusivamente com o intuito de se proteger quanto a oscilação da *Libor*, já que naquela a Usina possuía captações indexadas a *Libor*. De uma maneira geral a administração entende que qualquer oscilação nas taxas de juros, não representaria nenhum impacto significativo no resultado da Companhia, já que esse não é o principal risco.

Análise de sensibilidade

A Companhia não realizou análise de sensibilidade para o risco de taxa de juros, pois considera que os possíveis impactos sobre as transações vinculadas a taxas de juros flutuantes são irrelevantes para as demonstrações financeiras da Companhia.

Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnológicos e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento Empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia.

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional de forma conservadora, sempre buscando aproveitar as melhores oportunidades de mercado maximizando os resultados financeiros, a contribuindo para que as ações aplicadas para os demais riscos citados nesta nota não sejam comprometidas.

Perdas por redução no valor recuperável

Na data do balanço a Companhia possuía somente R\$309 a título de provisão para créditos de liquidação duvidosa referente a recebíveis.

Risco de estrutura de capital

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado.

Gerenciamento do capital

A gestão de capital da Companhia é feita para equilibrar as fontes de recursos próprias e terceiras, balanceando o retorno para os acionistas e o risco para acionistas e credores.

A dívida da Companhia para a relação ajustada do capital ao final do exercício é apresentada a seguir, conforme números da Companhia:

	2020	2019
Empréstimos e financiamentos	(180.078)	(142.263)
Debêntures a pagar	(25.084)	(22.593)
(-) Caixa e equivalentes de caixa	<u>33.922</u>	<u>28.162</u>
(=) Dívida líquida (A)	(171.240)	(136.694)
Total do patrimônio líquido (B)	<u>58.278</u>	<u>66.915</u>
Relação dívida líquida sobre capital ajustado (A/B)	<u>(2,94)</u>	<u>(2,04)</u>

Resultado referente aos instrumentos financeiros

A Companhia utiliza derivativos para gestão de risco de variação cambial decorrente de suas transações operacionais de compra e venda de *commodities* em moeda estrangeira. A administração utiliza *NDFs* na estratégia de gestão do risco de variação cambial.

A administração da Companhia mantém monitoramento permanente sobre os instrumentos financeiros derivativos contratados por meio dos seus controles internos.

Durante o encerramento da Safra 19/20 foi identificado um descasamento contábil ocasionado pelo demasiado aumento cambial identificado principalmente nos meses de fevereiro e março de 2020, em função do surto desencadeado pela pandemia mundial COVID- 19, que gerou fortes impactos na economia do país e mundial. Conforme previsto no CPC 48 – Instrumentos Financeiros, a Companhia pode no reconhecimento inicial, designar de modo irrevogável o passivo financeiro como mensurado ao valor justo por meio do resultado, ao fazê-lo, isso resultar em informações mais pertinentes, porque; elimina ou reduz, significativamente uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento (algumas vezes denominada como “descasamento contábil”) que ocorreria em virtude de ativos ou passivos ou do reconhecimento de seus ganhos e perdas em bases diferentes.

Em função do exposto supra a Administração da Companhia entende a necessidade do registro dos instrumentos financeiros derivativos oriundos dos contratos de açúcar negociados na bolsa de Nova York, aos quais estão atreladas aos contratos de termo cambial, com intuito de minimizar os efeitos temporais gerados pela flutuação cambial.

As tabelas abaixo sumarizam os valores dos ganhos (perdas) registrados em 31 de março de 2020 e 31 de março de 2019 que afetaram a demonstração de resultado:

Resultado de operações mantidas para negociação		Valor Nocial	2020	2019
Ajustes Mercado Termo - NDF's moedas estrangeiras	USD	2.367	(1.593)	-
	152.000 Tons			
Ajustes Mercado Termo - NDF's commodity	Açúcar VHP		(50.704)	-
Ajustes Mercado Termo - SWAP's	USD	17.828	<u>(4.405)</u>	<u>(503)</u>
			(56.701)	(503)
Ajustes Mercado Termo - NDF's moedas estrangeiras	USD	46.264	44.710	815
Ajustes Mercado Termo - SWAP's	USD	-	<u>5</u>	<u>-</u>
			44.715	815

A Companhia utiliza como instrumento de proteção cambial, operações de Swap de dólar, Swap de *Libor*, *NDFs* de dólar e açúcar, sendo que, essas operações foram contratadas para proteção das exposições em moeda estrangeira e cotação de açúcar.

Resultado referente aos instrumentos financeiros

As tabelas abaixo sumarizam os valores dos ganhos (perdas) registrados nos períodos de março de 2020 e março de 2019 que afetaram a demonstração de resultado do exercício:

	2020	2019
Receitas financeiras		
Ajustes Mercado Termo - NDF's moedas estrangeiras	(2.566)	-
Ajustes Mercado Termo - NDF's commodity	(50.704)	-
Ajustes Mercado Termo - SWAP's	<u>(4.809)</u>	<u>(530)</u>
Ganhos com derivativos (nota 30)	<u>(58.078)</u>	<u>(530)</u>

	2020	2019
Despesas financeiras		
Ajustes Mercado Termo - NDF's moedas estrangeiras	45.583	2.004
Ajustes Mercado Termo - NDF's commodity	-	-
Ajustes Mercado Termo - SWAP's	5	-
Perdas com derivativos (nota 31)	45.588	2.004

34 Compromissos

A Companhia possui acordo no mercado de açúcar com terceiros através dos quais se compromete a vender volumes desses produtos até a safra 2023/2024. Os volumes relacionados aos compromissos acima mencionados são:

Safra	Volume (toneladas)
2020/2021	85.000
2021/2022	95.000
2022/2023	95.000
2023/2024	80.000
Total	355.000

A Companhia possui diversos compromissos de compra de cana-de-açúcar com terceiros para garantir parte de sua produção para os próximos períodos de colheita. A quantidade de cana-de-açúcar a ser adquirida é calculada com base em uma estimativa de colheita de cana-de-açúcar por área geográfica. A quantia a ser paga pela Companhia será determinada para cada período de colheita de acordo com a sistemática de pagamento da cana-de-açúcar adotado pela CONSECANA. Os compromissos valorizados pelo CONSECANA de 31 de março de 2020 podem ser assim determinados:

	Toneladas de cana-de- açúcar	Valor
2021	602.000	46.580
2022	632.000	48.436
2023	604.000	45.848
2024	561.000	42.218
2025	561.000	42.218
Total	2.961.000	225.300

35 Aspectos ambientais

As instalações de produção da Companhia estão sujeitas às regulamentações ambientais. A Companhia diminui os riscos associados com assuntos ambientais, por procedimentos operacionais e controles e investimentos em equipamento de controle de poluição e sistemas. A Companhia acredita que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor.

36 Eventos subsequentes

Covid-19

Em 2020, vários países, incluindo todos os estados e países em que temos operações, instituíram medidas de isolamento social para combater a pandemia da Covid-19. A Companhia implementou um plano de contingência com o objetivo de preservar a saúde e a integridade de seus funcionários, além de garantir a segurança e a continuidade dado que nossos produtos e serviços são considerados atividades essenciais, por ser um insumo estratégico em hospitais, segurança, alimentação e energia.

A extensão em que a pandemia do Covid-19 pode afetar nossos resultados operacionais, condição financeira e fluxos de caixa dependerá de desenvolvimentos futuros, que são altamente incertos e não podem ser previstos no momento da divulgação dessa demonstração financeira, incluindo novas informações que possam surgir sobre a gravidade do Covid-19 e as medidas tomadas para conter o Covid-19 ou tratar seu impacto. Com base nas informações disponíveis, as principais avaliações e, quando aplicável, os principais efeitos da pandemia do Covid-19 em nossos resultados operacionais são:

- (i) ***Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros e créditos tributários***
A Companhia avaliou indicativos de eventual perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros e créditos tributários e concluiu que, mesmo com uma potencial redução nos fluxos de caixa e resultados esperados para a safra 2020/2021, o valor em uso das unidades geradoras de caixa continua sendo significativamente superior ao seu valor contábil, bem como, no caso dos tributos, a expectativa de base tributável dos principais tributos permanece, além do fato da maior parte dos tributos não ter vencimento.
- (ii) ***Perda estimada com risco de créditos sobre ativos financeiros***
As perdas pela redução ao valor recuperável associada ao risco de crédito sobre os ativos financeiros é calculada com base no histórico de perdas incorridas, na situação individual dos clientes e do grupo econômico ao qual pertencem. Considerando que a Companhia opera majoritariamente com garantias reais de seus clientes, bem como mantém uma análise criteriosa de crédito, operando, quando aplicável com antecipações de dinheiro para envio de produtos, não houve reconhecimento adicional relevante devido à Covid-19.
- (iii) ***Liquidez***
Reforçamos preventivamente o nível de liquidez durante esse período de grande volatilidade através da contratação, nos meses de março e abril de 2020, de R\$ 16.310 para reforço de caixa. A Companhia encerrou o exercício social findo em 31 de março de 2020 com um caixa de R\$ 33.922 reforçado em parte pelas linhas de crédito acessadas.
- (iv) ***Avaliação da Continuidade Operacional (Going Concern)***
A Companhia avalia que devido a sólida estrutura a organizacional e rígido controle de custos adotado há vários anos como valor e seguido por todos os setores operacionais e administrativos, não há até o momento indícios de não-continuidade dos negócios.

Não obstante aos efeitos da pandemia do COVID-19, a Companhia continua monitorando os seus efeitos nos negócios nos meses subsequentes. Nesse sentido, de acordo com o acompanhamento dos resultados apurados mensalmente, realizado pela Companhia, foram comparados dois períodos, sendo o primeiro compreendido entre de 01 a 30 de abril de 2020 e o

segundo, entre 01 a 31 de maio de 2020, ambos comparados contra o mesmo período de 2019. Foram comparadas as receitas destes períodos, sendo que para abril totalizaram R\$ 13.199 em 2020 e R\$ 37.120 em 2019, já no mês de maio apresentamos um total de R\$ 50.319 em 2020 contra R\$ 9.328 de 2019.

A Companhia observou impactos importantes frente às operações, entretanto, entende que não há nenhum risco para a continuidade dos negócios. A Administração permanecerá monitorando e mensurando os impactos decorrentes da pandemia, visando avaliar eventuais efeitos econômico-financeiros que possam impactar as condições financeiras e patrimoniais além de comprometer a continuidade do negócio.

* * *

Composição da Administração

Diretoria

Renata Sodré Viana E. Junqueira
Sócia Administradora

Renata Sodré Viana E. Junqueira
Diretora Adm. Financeiro

Ricardo Martins Junqueira
Diretor Industrial

Enio Aparecido O. do Nascimento
CRC 1SP320440/O-7
Contador